

ENAP CADERNOS

CULTURA E MEMÓRIA: PERSPECTIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA HOJE

Brasília
dezembro de 1993
volume 1, número 2

Presidente da República Federativa do Brasil

ITAMAR FRANCO

Ministro de Estado Chefe da Secretaria da Administração Federal

ROMILDO CANHIM

Presidente da Fundação Escola Nacional de Administração Pública

OG ROBERTO DÓRIA

Diretores da ENAP

Luiz Antonio Fernandes Cascão

Maria Lisboa de Oliveira

Ocrécio Lacerda

Vera Lúcia Petrucci

Coordenadora Geral do Centro de Documentação, Informação e Difusão Graciliano

Ramos

Adelaide Ramos e Côrte

ENAP

ESCOLA
NACIONAL DE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Cultura e Memória:

Perspectivas da
Administração Pública Brasileira Hoje

Coordenação Editorial
OSWALDO HENRIQUE PINTO DE FARIAS

Revisão
KELSEN DA CUNHA RAMOS
LUÍZA HELENA MORAIS DA SILVEIRA

Editoração Eletrônica
JOSÉ ANTONIO DE ARAÚJO

Capa
JOSÉ ANTONIO DE ARAÚJO

Fundação Escola Nacional de Administração Pública
SAIS - Área 2-A - Brasília/DF
CEP 70610-900
Fone: (061) 245 7878
Fax: (061) 245 5498

© ENAP, 1993

Tiragem: 500 exemplares

Distribuição: ENAP / Centro de Documentação, Informação e Difusão Graciliano Ramos
Fone: (061) 245 6093

C568 CICLO DE DEBATES SOBRE CULTURA E MEMÓRIA: PERSPECTIVAS DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA HOJE. Brasília: ENAP, 1993. -

60 p. (Cadernos ENAP, v. 1 n. 2)

O Ciclo de Debate está estruturado em 4 painéis e 1 workshop.

Conteúdo: A ação institucional: cultura e memória na administração pública -- A marginalidade das políticas culturais no âmbito das políticas públicas -- Os aspectos políticos-institucionais e territoriais na constituição da memória brasileira -- A perspectiva da administração pública da cultura no Brasil -- Reflexões sobre a realidade cultural brasileira.

1. Educação - Brasil 2. Política Cultural - Brasil. I. Série

CDD 370
CDU 37

Cadernos ENAP é uma publicação de periodicidade irregular da Fundação Escola Nacional de Administração Pública que coloca à disposição de estudiosos das questões ligadas a Administração Pública, documentos produzidos pela Escola.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1 A MARGINALIDADE DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	
• Caminhos da Cultura, <i>Iveraldo Lucena</i>	9
• A Marginalidade dos Servidores Públicos e das Instituições Culturais no âmbito das Políticas Públicas, <i>Elizabeth Salgado de Souza</i>	13
2 OS ASPECTOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS E TERRITORIAIS NA CONSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA BRASILEIRA	
• Memória Brasileira: Este Insaciável Objeto de Desejo, <i>Lídia Avelar Estanislau</i>	19
• Administração Pública: Um Exercício de Lembranças, <i>José Maria B. de Paiva</i>	25
• A Trajetória Institucional na Prática da Preservação do Patrimônio Cultural, <i>Cássia Regina Carvalho de Magaldi</i>	27
3 A PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA CULTURA NO BRASIL	
• Políticas Culturais e Patrimônio Histórico, <i>Déa Ribeiro Fenelon</i>	31
• Formação de Recursos Humanos na Área do Patrimônio Cultural, <i>Eugênio de Ávila Lins</i>	35
• Estrutura e Funcionamento Institucional, <i>Ana Cláudia Lima e Alves</i>	39
4 REFLEXÕES SOBRE A REALIDADE CULTURAL BRASILEIRA	
• Política Cultural e Sociedade, <i>Laís Aderne</i>	47
• Biblioteca, Instrumento Base de uma Política Cultural, <i>Emir Suaiden</i>	53
• Arte-Educação e Política Cultural, <i>Orlando Vieira Leite</i>	55
SÍNTESE DAS RECOMENDAÇÕES DO "CICLO DE DEBATES SOBRE CULTURA E MEMÓRIA: PERSPECTIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA HOJE"	57

APRESENTAÇÃO

O Ciclo de Debates sobre Cultura e Memória: Perspectivas da Administração Pública Brasileira Hoje, promovido pela Escola Nacional de Administração Pública, durante os dias 16, 17 e 18 de setembro de 1993, teve como objetivo central refletir, discutir e apresentar subsídios para a formulação de propostas efetivas de reforma administrativa e aperfeiçoamento da gestão governamental na área da Cultura.

Entendendo a importância que a questão cultural possui no âmbito da concepção e implementação das políticas públicas e sua condição marginal e colateral às ações de maior envergadura levadas a cabo pelo Governo, a ENAP propõe a discussão e o debate do tema Cultura na perspectiva da Administração Pública.

Esta perspectiva se fundamenta na sua modernização administrativa, especialmente no que se refere ao aprimoramento do arcabouço teórico da área cultural, aperfeiçoamento de suas estruturas de gestão, assim como dos seus recursos organizacionais, entre eles, seus recursos humanos, mediante a proposição de programa de formação de Gestores Culturais, para a constituição de uma burocracia estável, competente e especializada nos temas que lhe correspondem.

O Ciclo de Debates, visando estimular tais reflexões, se estruturou em quatro painéis e um workshop enfocando os seguintes temas:

- A Ação Institucional: Cultura e Memória na Administração Pública;

- A Marginalidade das Políticas Culturais no âmbito das Políticas Públicas;

- Os Aspectos Políticos-Institucionais e Territoriais na constituição da Memória Brasileira;

- A Perspectiva da Administração Pública da Cultura no Brasil;

- Reflexões sobre a realidade cultural brasileira.

Assim este número de "Cadernos ENAP" objetiva disseminar tais preocupações e apresentar aos interessados, os trabalhos discutidos no referido ciclo que estimularam debates nesta matéria.

Og Roberto Dória
Presidente/ENAP

CAMINHOS DA CULTURA

HERALDO LUCENA

DELEGADO DA ASSOCIAÇÃO DE ACADEMIA DO ESPÍRITO SANTO

No Brasil, a cultura, como espaço e processo de vida, tem muitas faces, múltiplos aspectos, múltiplos sentidos, múltiplas dimensões, múltiplos valores, múltiplos usos, múltiplos significados.

Essa diversidade é fruto da diversidade cultural que constitui o Brasil, e que se manifesta em todas as regiões do país, em todas as classes sociais, em todas as gerações, em todas as atividades humanas.

A cultura é um fenômeno complexo, que envolve aspectos materiais e espirituais, individuais e coletivos, e que se manifesta em todas as atividades humanas, desde a arte e a literatura até a ciência e a tecnologia.

Essa diversidade é fruto da diversidade cultural que constitui o Brasil, e que se manifesta em todas as regiões do país, em todas as classes sociais, em todas as gerações, em todas as atividades humanas.

A cultura é um fenômeno complexo, que envolve aspectos materiais e espirituais, individuais e coletivos, e que se manifesta em todas as atividades humanas, desde a arte e a literatura até a ciência e a tecnologia.

1

A MARGINALIDADE DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

CAMINHOS DA CULTURA

IVERALDO LUCENA

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE - FAE

No Brasil, a cultura, como o povo e por conta dele, tem muitas caras, matizes diversos, múltiplas manifestações, um amplo espectro.

Somos uma nação jovem em formação, etnias cruzadas em um mesmo cadinho são responsáveis pela riqueza de um caldo cultural que se forma e se acrescenta com contribuições mais recentes de outros povos que vêm enriquecendo a nossa formação.

A base mais sólida da cultura brasileira se assenta nas remanescentes contribuições dos nativos indígenas da América, dos africanos e europeus. As manifestações culturais de um povo, são tão fortes e necessárias como mecanismo de identidade, que o processo de colonização pode ter assegurado uma predominância da chamada cultura civilizada transladada da Península Ibérica, mas não conseguiu anular, de todo, as culturas indígenas e africanas. A forma de sobrevivência dessa ocorrência cultural se faz com motivações distintas, mas está presente em todos os mecanismos de expressão cultural. Testemunham, esse processo de soma e reelaboração: a dança, o imaginário, a culinária, a religiosidade, a música, o vestuário, tudo que se vai fixando nos objetos e fazeres utilitários, lúdicos ou religiosos. A língua, una no país, enriquece seu vocabulário de modo a fazê-lo diferente de suas origens, o que leva à constatação e ao entendimento de que nesta

geografia tropical, nestas dimensões continentais, tudo conduzido por uma argamassa histórica, se forma um novo povo que expressa uma cultura igualmente distinta e, por isso, será identificadora da sua própria nacionalidade.

O fio da história, que vai explicando a formação brasileira, nos mostra que o processo colonizador se operou também na área cultural, transformando para o Brasil o mesmo esquema de poder que no berço da cultura européia ocidental marcava o domínio do Estado na condução do processo artístico-cultural e consagrava a dicotomia entre as rotuladas "cultura erudita" e "cultura popular". Antropologicamente, este fosso não existe, politicamente, sim.

Nesta ótica, o poder público sempre financiou e cuidou de apoiar a cultura de elite e permitiu que acontecesse a cultura popular; esta, experimentando longos momentos de censura ou separação, geralmente, em razão de problemas políticos ou religiosos. Esse entendimento é que levou a Coroa a instalar os primeiros equipamentos culturais para a formação e lazer de seus súditos. Assim se comportaram o Império e a República, por isso são oficiais os nossos tradicionais e mais importantes Teatros, as Orquestras sinfônicas, os Museus, os Conservatórios de Música, as Companhias de Dança sempre equipamentos suntuosos e caros nas suas concepções, induzindo ao fato de que só o poder

público pode arcar com estes gastos e ser responsável pelos próprios equipamentos. Até as Academias de Letras, órgãos privados, sempre se organizaram ao abrigo do poder público, assim como os Institutos Históricos e Geográficos. Aconchegar a cultura das elites, por tudo isso, se entendeu como um papel legítimo do Estado.

Quando os "intelectuais" e cientistas descobrem as manifestações da cultura do povo, o exótico de seu proceder passa a ser sinônimo de saber, a identificação de sua alma vira moda. A apreciação destes traços culturais tende a uma valorização do que nunca devia ter sido descuidado e toma-se consciência de que a distância entre o erudito e o popular deve ser encurtada para se anular inteiramente. Então, se falará de uma cultura brasileira como qualquer outra.

É assente o entendimento de que o Estado não faz cultura, seu papel é de apoiador, incentivador, garantidor do fazer, da difusão, do gozo e da guarda da cultura nacional. Esse papel está reconhecido e consagrado na Constituição Brasileira de 1988.

A ninguém é dado desconhecer que a cultura embasa todo o processo de crescimento e desenvolvimento de um povo. Sem a consciência e a prática do fazer cultural não se realiza uma educação humanística ou tecnológica ajustada ao desenvolvimento. Sem esse mecanismo não se poderá falar em uma Universidade Brasileira, quando muito, existirá e pagaremos uma Universidade no Brasil.

A cultura em todo seu processo, da produção ao uso, não é mais uma concessão do Poder Público, é um direito do cidadão e, como direito, pode e deve ser exercido e exigido quando necessário.

Tentando organizar o processo de financiamento da cultura, pela primeira vez o Estado Brasileiro editou uma lei a "Lei Sarney" que tinha por objetivo básico, simples e necessário, estimular e incentivar a participação privada na promoção cultural. Mesmo aí, desde que se converte o apoio financeiro em dedução do imposto, é o dinheiro público que se compromete. Porém, por esse mecanismo se assegura um percentual da participação privada na promoção cultural. Mesmo aí, desde que se converte o apoio financeiro em dedução de imposto, é o dinheiro público que se compromete. Porém, por esse mecanismo se assegura um percentual da participação privada e se estabelece uma necessária relação entre o produtor cultural o seu mecenas.

O mecenato privado, se não foi o único responsável pelo Renascimento Europeu, permitiu que a cultura artística, tecnológica e científica experimentasse momentos de reconhecido esplendor que resultaram na formação de um patrimônio que é na realidade um patrimônio da humanidade.

A Lei Sarney teve um papel muito importante enquanto vigorou. Operacionalizada de forma desburocratizada, facilitou, entretanto, a ocorrência de alguns desvios de seus objetivos. O Governo Collor, em vez de corrigir legalmente as distorções para impedir o irresponsável e desonesto uso da permissão legal, preferiu revogar a lei, rotular produtores culturais de desonestos, sonegadores e desmontar, por consequência, a estrutura de apoio cultural que ao longo de décadas se construíra no país. É a idéia simplista de matar o doente ao invés de buscar a sua cura pela vitória contra a doença.

Pressionado pela sociedade, cobrado permanentemente pelos intelectuais, artistas, lideranças culturais, administradores e grupos políticos, o Governo acabou por admitir retomar o financiamento da cultura. Depois de uma gestão intestina, muito ao gosto da época, acabou sendo enviada ao Congresso uma nova proposta de lei que, aprovada, se veio a chamar de "Lei Rouanet".

A Lei Rouanet, seguramente, pelo esforço do Embaixador Secretário e do Deputado Luiz Clerot, seu relator na Câmara, regulamentou a responsabilidade constitucional do Estado para com a cultura.

Desde seu encaminhamento ao Congresso, a Norma mereceu críticas dos produtores e administradores. Desejando garantir que não se repetiriam os desmandos que se acusava a aplicação da Lei Sarney, a nova regra criou uma estrutura burocrática que centralizou, desnecessariamente, a decisão do financiamento, instituiu em Brasília um verdadeiro cartório e impôs uma distância inexplicável entre o artista e seu "mecenas". O financiamento de um simples forno de cerâmica do Mato Grosso, a temporada de concertos do Teatro São Bento em Porto Alegre, a temporada de ópera do Municipal no Rio ou festival de cantadores na Casa do Cantador em Fortaleza, acabam sendo decididos por uma Comissão em Brasília.

Os estados, onde ocorre o fato cultural, onde se exercita um plano cultural, não têm qualquer participação no processo, desde seu planejamento à sua avaliação, se pretende conhecer e acompanhar tudo do planalto. É um equívoco. A lei fala de um

mecanismo de Delegação que não foi até agora utilizado e sem o qual ela não se implantará.

A Lei Rouanet tem dois méritos que precisam ser destacados: 1. Instituiu o Fundo Nacional de Cultura-FNC, concretizando a alocação de recursos orçamentários da União para o financiamento da cultura, inclusive criando mecanismos que, se bem usados, poderão contribuir para diminuir as desigualdades regionais e democratizar o processo cultural; 2 - Tem a lei um sentido didático que vai estimulando a adoção de Leis Estaduais e Municipais que, muitas delas até melhor concebidas, vão completando os mecanismos de financiamento e da responsabilidade do Estado.

A Lei Rouanet deve ser aperfeiçoada, porém, isso não pode significar seu desuso. Deixá-la de lado enquanto se propõe outro ordenamento é, no mínimo, imprudente. A produção cultural deste país já foi demais traumatizada.

O aprimoramento da Lei Rouanet deve buscar meios para simplificar o processo de financiamento por via do mecenato privado. É preciso desburocratizar sua execução, aproximá-la da ponta do sistema cultural e democratizar a aplicação dos recursos do FNC. O FNC não pode ser utilizado para financiar o Ministério, porém a produção cultural.

Mais que uma reforma numa lei, que na realidade ainda nem se praticou, plenamente, o que precisamos é que se remontem as estruturas de apoio à ação cultural no país, se recolham os recursos humanos que foram abandonados pelo caminho como produtos descartáveis.

É preciso viabilizar um programa de circulação cultural permitindo que a Nação, como um todo, se beneficie da produção, tenha garantido o acesso e consumo dos bens culturais sem as mazelas do colonialismo cultural que privilegiam espaços e agente. Democratizar a cultura como direito da cidadania é o desafio.

A MARGINALIDADE DOS SERVIDORES PÚBLICOS E DAS INSTITUIÇÕES CULTURAIS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

ELIZABETH SALGADO DE SOUZA

HISTORIADORA
MUSEU DA INCONFIDÊNCIA

Quero, antes de tudo, agradecer o convite que me foi feito e dizer da importância que atribuo este Ciclo de Debates, tanto pela abordagem temática que se propõe, quanto pela oportunidade que se oferece ao servidor público cedendo-lhe o lugar de fala onde, com certeza, poderá ser ouvido. Acredito ser este um primeiro passo em direção a uma nova concepção do servidor público enquanto sujeito-histórico ciente do significado político e social do seu ofício. Por isto mesmo, deixo claro que as colocações que aqui farei têm por objetivo discutir a marginalidade das políticas culturais mas também a marginalidade dos servidores públicos e das instituições culturais no âmbito das Políticas Públicas.

Devo dizer, ainda, que busquei a fundamentação para minhas observações em Benjamin, levando em conta sua postura crítica em relação ao exercício do historiador: "Só podemos falar, concluir e opinar sobre aquilo que temos e sobre o que vivenciamos". Dito de outro modo, falar de Cultura e Memória implica escrever História, portanto, reconhecer e assumir que o discurso é indissociável da prática política.

Qual deve ser então, a atuação do servidor público enquanto ser político responsável? De que modo e com qual finalidade deve debater, propor e

elaborar novas perspectivas de Políticas Culturais no âmbito da Administração Pública Brasileira?

Uma primeira questão se coloca: a distância entre o vivenciado e o discurso. As Políticas Culturais propostas e levadas a efeito, até aqui, têm se pautado pela distância entre intenção e gesto. As diretrizes traçadas mantêm uma distância em relação ao eixo central - o cidadão - e a execução dos projetos adquirem um caráter de excentricidade. Nesta perspectiva, temos inventariado lugares onde a memória "se encarnou eletivamente e que, pela vontade dos homens ou trabalho dos séculos, ficaram como seus mais claros símbolos: festas, emblemas, monumentos e comemorações, mas também louvações, arquivos, dicionários e museus." (Nora, 1990). Indubitavelmente elegemos a cultura da elite como a única cultura digna de registro e merecedora de um lugar de memória. Por isto mesmo, a população se sente alijada dos programas e projetos culturais, não se reconhecendo sujeito produtor de cultura e nem identificando os lugares de memória como espaços públicos a serviço da construção de sua identidade. Cultura e Memória como bens patrimoniais, portanto, bens públicos e coletivo, ainda são considerados bens de elite e tal raciocínio tem permitido discriminar culturalmente e desclassificar socialmente.

O próprio servidor público faz esta distinção

e acaba por contribuir para aumentar a distância entre o objeto e o sujeito. Dentro dos organismos públicos temos produzido propostas de ação cultural nas quais não nos inserimos. Elaboramos projetos visando o povo, a comunidade, a coletividade, sem considerarmos que também fazemos parte destas instituições.

Desse modo, "pois, qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural se a experiência não mais o vincula a nós?"

Quando elaboramos propostas que visam a manutenção e a preservação da memória e a promoção cultural, efetivamente, estamos falando do quê? A manutenção tem se restringido às ações operacionais e burocráticas, garantindo as verbas mínimas de folhas de pagamento de serviços e dos servidores, para manter as instituições abertas, mas não necessariamente, funcionando.

A preservação tem se circunscrito às ações inventariantes e de tombamento, um trabalho sem dúvida, necessário, mas limitado. A apresentação não deve congelar o bem cultural. Ao contrário, deve torná-lo público, abrindo espaço para uma relação dinâmica entre sujeitos e objetos, redimensionando o valor do bem patrimonial para que as práticas políticas considerem "a fórmula Preservação = Identidade Cultural + Qualidade de Vida" (Magaldi, 1992:23).

A promoção cultural tem se caracterizado pela eventualidade, priorizando ações cujo discurso insiste em manter a dicotomia entre o erudito e o popular, entre os vencedores e os vencidos. Nos discursos da promoção cultural estão presentes o poder e a oficialidade. O povo e o público não se fazem presentes. Por isto mesmo, há um reclame por parte de segmentos sociais em fazer-se reconhecer enquanto objeto, sujeito e agente da história, numa tentativa de salvar o seu papel e sua memória, preservando sua cultura.

Memória, Cultura e História ainda são conceitos e objetos de estudo restritos a uma minoria intelectualizada e dos quais se servem os técnicos responsáveis pela elaboração das diretrizes de Políticas Públicas, gerando uma série de preconceitos e distorções em relação ao bem cultural e às demandas sociais. Tais distorções acabam por provocar a perda da identidade cultural e resultam no conflito entre ser e não ser, ter e não ter, estar e não estar, poder e não poder.

Tais ambiguidades permanecem nas ações dos organismos governamentais, ainda que quem as elabora acredite estar contribuindo para diminuir a distância entre intenção e gesto. Analisemos os órgãos culturais e as propostas de valorização da cultura brasileira, nos últimos vinte anos. A quem interessava a salvaguarda da memória nacional nos discursos de organismos como a FUNARTE, INACEM, EMBRAFILME. E PRÓ-MEMÓRIA? Em que resultaram os projetos de valorização do folclore brasileiro, do artesanato brasileiro, dos cantadores e contadores de causos brasileiros, dos atores e autores brasileiros, de norte a sul do país, elaborados e desenvolvidos nos anos 70 e 80? Entre os discursos de Brasil: ame-o ou deixe-o; integrar para não entregar, realizamos Projeto Interação e Projeto Fazendo Artes. Que papel desempenharam estas instituições e esses projetos junto às comunidades, empregando aqui o chavão mais utilizado na época?

Os discursos eram dúbios, como dúbios foram os projetos desenvolvidos. E ambos, discurso e ação, resultaram frágeis e não sedimentaram a conscientização do homem enquanto cidadão.

A arte popular e o folclore foram transformados em objetos de consumo, desprezando o caráter de produção coletiva e estabelecendo uma distância entre quem faz arte, quem a exercita e quem a assiste. Transformamos os artesãos em micro-empresários, quando não introduzimos no meio deles o intermediário - aquele que compra a produção por uma bagatela para revendê-la nos grandes centros a preço de ouro (dólar, é melhor!). Destinamos aos cantadores e contadores de causos um espaço de excelência e louvação, comprometido pelo caráter de curioso e espécie em extinção, peças de museu ou objeto de tese acadêmica - espaços onde jamais serão ouvidos e cujas falas terão outra conotação. Com autores e atores teatrais encenamos peças em praças públicas e lhes acenamos a possibilidade do sucesso nas telas de cinema e tv, um brilho efêmero e eventual.

A nenhuma destas atividades as Políticas Públicas concederam o seu espaço político. E apesar dos discursos e dos projetos, ao povo não se permitiu o exercício da cidadania. Antes, o povo brasileiro era um povo a ser tutelado.

Qual a falha cometida? Penso que falhamos por não vincularmos à política cultural uma prática educativa. A educação, entendida como um processo vivencial, permite ao povo o manejo de conceitos

e a articulação destes entre si, armando uma cadeia de análise que lhe é própria. Para realizarmos um trabalho de educação e cultura é preciso que haja uma filosofia que presida a concepção de programas e projetos e vise a formação dos servidores públicos que servem à população. Este é um ideal a ser perseguido ou um perigo a ser evitado, mas não podemos nos furtar a uma tomada de posição, hoje.

Algumas instituições públicas, entretanto, lograram realizar Políticas Culturais cujas práticas levaram em conta a população, os profissionais e o poder público como pares de uma ação política e cultural. Refiro-me, particularmente, às experiências das Prefeituras de Lages (gestão Carneiro), Fortaleza (gestão Fontenelle) e São Paulo (gestão Erundina), que nos anos 80 se investiram de coragem e demonstraram que o dito popular "querer é poder" se aplica à administração pública.

Acredito que se discutirmos Memória e Cultura, Mentalidade e Política como coisas que dizem respeito à nossa própria experiência estaremos ampliando o espaço para o exercício da cidadania na esperança de vivermos com maior dignidade.

Bibliografia

BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura* - São Paulo, Brasiliense: 1993.

NORA, Pierre. "Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux". In: G. Lipovetski. *L'ère du vide*. Paris, Flammarion.

MAGALDI, Cássia. "O público e o privado: propriedade e interesse cultural". In: *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH: 1992.

SEGAL, André. "Pour une didactique de la durée". In: Moniot, Henri (org). *Enseigner l'Histoire, des manuels à la mémoire*. Berne, Peter Long Editions: 1984 (trad. Circe Maria F Bittencourt - FEUSP).

* Historiadora, Funcionária Pública: Técnica em Dinâmica Educativa do Museu da Inconfidência/IBPC/MinC

MEMÓRIA BRASILEIRA ESTE INSACIÁVEL OBJETO DE DESEJO

LÍDIA AVELAR ESTANISLAU
PROFESSORA DE CIÊNCIAS
HUMANAS - UNICAMP



OS ASPECTOS POLÍTICO- INSTITUCIONAIS E TERRITORIAIS NA CONSTITUIÇÃO DA MEMÓRIA BRASILEIRA

MEMÓRIA BRASILEIRA: ESTE INSACIÁVEL OBJETO DE DESEJO

LIDIA AVELAR ESTANISLAU

PROFESSORA/FAFICH/UFMG
PESQUISADORA IBPC

O patrimônio cultural brasileiro conforme estabelece a Constituição Federal, no artigo 216 com seus parágrafos e incisos, diz respeito aos “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência a identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, cabendo “ao poder público, com a colaboração da comunidade, a promoção e proteção do patrimônio cultural por meios de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”. O texto constitucional propõe uma abordagem ampliada da memória dos grupos sociais refletindo uma prática inaugurada pelo CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural, que veio se contrapor à prática desenvolvida pelo SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, práticas mais tarde justapostas com a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, em 1979.

Do ponto de vista institucional não se trata mais de selecionar como histórico, como artístico, como nacional o que servia ao mesmo tempo de ornamento, de troféu e de apoio à história oficial brasileira. Os critérios de triagem, este ato premeditado de eliminação e promoção, foram constitucionalmente ampliados para recolher as marcas que os

grupos imprimem ao território que ocupam. Nesta perspectiva, o patrimônio cultural enquanto memória vai do mais simples ao mais complexo artefato humano, vai da paisagem natural à paisagem construída: geografia tornada história. Não se trata mais de cuidar deste ou daquele monumento - ação institucional liderada por Rodrigo Melo Franco de Andrade dos anos 30 aos anos 60 - nem deste ou daquele bem cultural em sua pluralidade, conforme concepção que Aloisio Magalhães e sua equipe desenvolveram nos anos 70. Trata-se, agora, de uma política institucional voltada para a qualidade de vida nos territórios ocupados.

As formas de ocupação do território brasileiro, na cidade e no campo, não apenas como monumentos, mas os espaços habitados enquanto documentos de processos econômicos, sociais, políticos e culturais registrados no parcelamento do solo, no traçado dos caminhos, na iluminação de ruas e praças, nos muros e quintais, nas casas - sejam de que idade ou estilo forem - na teia de relações tecida no dia-a-dia de moradores e visitantes, relações sociais que se materializam na família, no trabalho, na devoção e na diversão.

É preciso salientar que a ocupação do território tem dimensões concretas - o espaço arquitetônico e urbanístico - e dimensões imaginárias relativas ao espaço infinitamente mais amplo que o espaço físico

e que se associa com às práticas sociais vividas. Em território brasileiro, arquitetura e urbanismo, práticas técnico-artísticas de articulação de espaços, foram convocados e investidos de funções teatrais para dramatizar barrocamente a natureza, fabricar aparências de modernidade e universalizar toda uma economia da construção. Embora os portugueses não procedessem com o mesmo rigor arquitetônico dos colonizadores espanhóis, tinham perfeita noção da importância da arquitetura/urbanismo na consolidação da conquista de espaços e, para aprofundar o aparato colonizador era necessário estimular a identificação entre a corte e a colônia. O território colonial foi estabelecido pela vontade da metrópole e, na passagem de colônia a império, o discurso médico-sanitarista com o projeto de civilizar os espaços urbanos deixa aparecer, com mais clareza, que dentro das estratégias de dominação do capitalismo é fundamental a hegemonia sobre os espaços construídos. Acontece que o território colonial não se esgota no projeto explorador da metrópole. O Brasil, e outros países do chamado Terceiro Mundo constituem exemplos de muito espaço. E onde há muito espaço, há também muito tempo. Anular o espaço pelo tempo, através de meios de comunicação e de transporte é uma exigência interna da organização capitalista do mundo, que desconhece outras concepções de espaço/tempo capazes de refazer, ou pelo menos expor, as regras do jogo da dominação(...). O território é um patrimônio - um bem ou conjunto de bens que se recebe dos antepassados e que se lega aos descendentes - também na dimensão do imaginário. O patrimônio como metáfora para o legado de uma memória coletiva, de algo comum a um grupo. A noção de patrimônio como categoria sociológica abrange tanto bens físicos quanto a competência técnica ou lugar social que conquistam determinados grupos. A ocupação do território reflete e direciona as imagens culturais que a população faz de si mesma. Conhecer a pertinência ou a exclusividade das ações relativas a um determinado grupo implica, também localizá-lo territorialmente. A ocupação do território é ato primordial na constituição de direitos. Ao tomar a terra e transformá-la num espaço ordenado de forças, um grupo não pode deixar de revelar a natureza de sua cultura. A dimensão territorial brasileira é uma categoria cuja dinâmica é irreduzível às representações que a convertem em receptáculo de formas e significados. Assim, o território não se limita ao lugar físico, passível de demarcações euclidianas, porque não se configura apenas no espaço visível.(1)

O Brasil, sem dúvida, faz História e históricas são todas as formas de ocupação de seu território, embora no jargão preservacionista tenhamos nos acostumado a chamar de históricas apenas as cidades tombadas, inscritas no Livro do Tombo das Belas Artes. No Brasil, a preservação voltou-se para vestígios de um passado construído para ser cultuado. Os monumentos tombados reiteravam e sacralizavam a história oficial como se fosse a história de todos os brasileiros e, mais de meio século depois padecemos institucionalmente da falta de verbas, da falta de quadros e de condições de trabalho. Tudo isto porque a memória é um campo privilegiado da política e em torno dela se travam combates quase nunca explícitos.

"Esta memória-histórica, produzida em nome da identidade nacional, que tomou emprestado do passado todos os símbolos que pudessem afetiva e subjetivamente, reforçar a idéia de uma coesão social, étnica, política e territorial animou os historiadores desde o século XIX. (...Mas) a memória histórica que produziu a identidade nacional subtraindo os direitos dos cidadãos não é apenas uma elaboração do século XIX, ela teceu sua teia ao longo do nosso século, pelo empenho de vencedores circunstanciais, mas também através da contribuição de alguns vencidos inconformados com as suas derrotas. O espírito de identidade nacional ainda é predominante na historiografia brasileira, presa aos imperativos dos marcos e recortes da história oficial(...) A história memorizando o passado como identidade da nação, preencheu o antigo lugar ocupado pela memória coletiva nas sociedades pré-industriais, tornando-se o discurso legitimador dos símbolos trazidos de um passado longínquo e que serviam de suportes para a afirmação do povo-nação(...) Como produção deliberada, a memória histórica, ao longo do nosso século, foi sempre o instrumento de poder dos vencedores, para destruir a memória dos vencidos e para impedir que uma percepção alternativa da história fosse capaz de questionar a legitimidade de sua dominação(...) Hoje, a escala de preservação da memória não se mede mais em extensão de metros de documentos acumulados. A relação da memória documental não é mais com o espaço físico dos arquivos, mas com o hard disk, que acumula a memória numa medida de difícil apreensão espacial, porque a sua medida são os megabites, uma complexa relação entre espaço e tempo, controlada por computadores."(2)

O texto primoroso do professor Edgar

Salvadori De Decca que acabei de citar seletivamente - e aqueles que conhecem seu trabalho sabem que está voltado para as experiências que o Brasil ficaram relegadas ao silêncio porque não corroboravam com os mitos da identidade nacional - aponta o estranho paradoxo de uma sociedade que destrói as bases da memória coletiva, ao mesmo tempo em que é tomada por sofreguidão arquivística. "Nesse estranho movimento há perdas para ambos os lados. Do lado da memória, como ela é voluntária e intencional, no seu esforço de historiar-se ela se perde definitivamente como experiência do vivido. (...) Do lado da história, perde-se a dimensão crítica que ela deve ter com relação ao passado, pois a ela não está reservado o papel de preservá-lo, tal como ele foi, mas de reescrevê-lo incessantemente (...) Erige-se, portanto, no presente, alguma coisa híbrida e bastante ameaçadora, que é a memória-histórica. Nem memória, porque alheia a experiência do vivido, nem história, porque destruída de seu valor crítico com relação ao passado."(3)

Pierre Nora e colaboradores buscaram aprender os suportes pouco estudados da memória coletiva que se constituem em elementos importantes para a formação do cidadão francês e os estudos sugerem que o interesse pela memória coletiva, tão em moda hoje, indicam um mal estar decorrente da consciência de que memória e história não são a mesma coisa e que inclusive se opõem constantemente: "a história é reconstrução sempre problemática e incompleta daquilo que já não é mais. A história é uma representação do passado, exige análise e discurso crítico. A memória é um fenômeno sempre atual, uma ligação do vivido com o eterno presente, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento. A memória se enraiza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto. A história não se liga a não ser em continuidades temporais, evoluções e relações de coisas."(4)

Entretanto, se na França a construção da memória histórica resultou na afirmação da cidadania, no Brasil para nossa desgraça, a memória histórica resguardou e transmitiu os símbolos, os mitos da identidade nacional controlada pelos jogos do poder, resultando na negação da cidadania. Salvos raros casos, saber sobre a memória histórica é açambarcado por um grupo de funcionários do Estado. No Brasil, a grande maioria dos documentos de primeira mão, as chamadas fontes primárias tão importantes para os pesquisadores, estão os arquivos do Estado - Executivo, Legislativo e Judiciário - nos arquivos da Igreja, nos arquivos das grandes empresas e das grandes

famílias. Tais arquivos constituem fontes quase exclusivas da pesquisa histórica que, muito recentemente, tem se voltada para os documentos que permanecem arquivados apenas na memória das pessoas.

O professor José Reginaldo Santos Gonçalves, que nos últimos anos tem se dedicado a estudar os discursos oficiais do patrimônio cultural no Brasil, focaliza o espaço de interlocução entre os cidadãos e os poderes públicos como uma arena onde se misturam, e com frequência se confundem combates distintos. Suas análises chamam atenção para a necessidade de imaginarmos a cultura "como uma experiência em processo permanente de reconstrução, um empreendimento retórico conduzido na incerteza constante de sua confirmação ou contestação. (...) A noção de retórica está intimamente associada a noção de liberdade (...) A noção de liberdade, por sua vez, uma das bases da experiência da cidadania. Embora a gente saiba que a cidadania no Brasil, sobretudo na dimensão dos direitos civis, seja constantemente violada, ela é obviamente um ideal em torno do qual tecemos a nossa solidariedade."(5)

Se até os anos 60 a política de patrimônio cultural no Brasil considerava os cidadãos apenas como alvo de uma ação civilizatória, capaz de educá-los nos valores artísticos e históricos nacionais representados pelos monumentos protegidos e preservados, a partir dos anos 70 o espaço de interlocução entre os cidadãos e os poderes públicos ganha moldura pluralista e democrática. "Na medida em que a noção antropológica clássica de cultura veio a ser usada, o seu efeito foi precisamente o de possibilitar uma política cujo objetivo primordial não seria uma ação civilizatória a ser imposta sobre os cidadãos, mas tomar o ponto de vista destes como ponto de partida. Assim, os valores culturais deveriam ser entendidos como parte do dia-a-dia dos diversos segmentos da sociedade brasileira, possuindo um sentido vivo e atual para os cidadãos, sem o que esse bem carecia de autenticidade."(6)

O espaço de interlocução entre os cidadãos e os poderes públicos antes delimitado pelos monumentos e seu entorno passa a abranger a diversidade cultural no cotidiano dos grupos e classes sociais. Em ambos os casos, esse patrimônio é identificado e preservado com base numa autenticidade que permanece inquestionada, seja o patrimônio produzido por uma ação civilizatória do Estado, seja a partir da diversidade cultural da sociedade. Ocorre, então, a

sedução da autenticidade - histórica ou cultural - cabendo como tarefa básica de uma política de patrimônio representar essa autenticidade, o que leva a um interminável trabalho, através das atividades de documentação, proteção e promoção de bens culturais, em busca de uma totalidade que jamais se realiza.

No Brasil, a política institucional configura-se no patrimônio histórico e artístico nacional como tradição e civilização e no patrimônio como diversidade cultural e desenvolvimento e nos dois casos, o professor José Reginaldo Santos Gonçalves ressalta a invenção das tradições ou culturas nacionais, em nome de uma identidade e de uma memória supostamente expressas pela posse de patrimônios culturais. A similaridade entre os discursos dos intelectuais do patrimônio e os discursos produzidos na academia tanto por profissionais ligados à preservação quanto por cientistas sociais - quando os papéis não coincidem num mesmo indivíduo - resulta em se pensar a cultura na relação com a memória, como coisa existente por si mesma, passível de ser representada apenas pelo especialista. A nação, assim como a cultura, é concebida nos mesmos termos e os discursos oficiais do patrimônio cultural tornam-se alegorias nacionalistas. As alegorias não somente expressam o desejo ou a nostalgia de um passado glorioso e autêntico mas, ao mesmo tempo, expõem a perda ou desaparecimento desse passado. Esta perda progressiva é tomada como dado histórico justificando-se o trabalho de defesa, resgate, apropriação, coleção, restauração e preservação de um determinado patrimônio. A nação brasileira é situada em diferentes situações de perda e a identidade e a memória fundam-se em um ponto distante, no tempo e no espaço, cujos sinais visíveis são os objetos, as relíquias, monumentos, espaços construídos, atividades culturais, fragmentos que compõem as imprecisas fronteiras do chamado patrimônio cultural brasileiro. Esses fragmentos prometem, e ao mesmo tempo negam, o acesso à plenitude da memória e identidade. A retórica da perda situa o Brasil em diferentes situações que levam a diferentes estratégias de recuperação e assim, as políticas culturais configuram-se como uma incessante busca que inventa e justifica seu próprio objeto. Trata-se do patrimônio cultural como objeto de desejo, o que implica preservar o que está sob ameaça de destruição - os bens têm que ser destruídos para que possam ser desejados - e remete à reconstrução, a uma interminável atividade de colecionar e preservar, constituindo o objeto de um insaciável

desejo, necessariamente inalcançável em sua autenticidade. (7)

Em tese apresentada pelo ARQUIAMÉRICA I (Ouro Preto, 1992) assinalarei as dificuldades implícitas ou explícitas na articulação dos conceitos de memória e identidade, com a qualificação de nacional. Os anos 80 contribuíram para esclarecer que o nacional e o popular no Brasil escondem zonas de sombra e silêncio sobre o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Hoje, o campo da cultura no Brasil é como nervo exposto. A invenção da cultura e da memória nacionais, batizada com o nome de política cultural não depende mais da capacidade de persuadir estes, ou aqueles, sobre o papel do Estado em relação à cultura. (8)

Um rápido exame dos recursos financeiros que constituem a dotação orçamentária do Ministério da Cultura evidencia, que após tantos debates, seminários, congressos e documentos ainda se toma a cultura como ornamento, o que leva à conclusão de que temos problemas mais graves do que o estímulo à cultura! E assim permanece a urgência na formulação de instrumentos e mecanismos de gestão dos espaços habitados em termos administrativos, jurídicos e financeiros, posto que do ponto de vista técnico-conceitual as questões parecem estar claras.

Lidar com a cultura em tempos democráticos demanda flexibilidade no pensamento e na ação porque a política institucional tem que estar em sintonia com os movimentos sociais. A cultura, como a memória, constitui-se na criação de direitos sempre renovados que emergem do processo democrático: o direito das mulheres, dos negros, dos meninos de rua, dos sem terra, dos sem teto, dos índios, dos homossexuais, dos trabalhadores, dos aposentados... uma listagem que se amplia na correlação direta com a democracia, cuja característica é a produção incessante de novos sujeitos políticos em luta pela cidadania.

Os direitos culturais constitucionalmente garantidos demandam atuação intersetorial, interdisciplinar, interinstitucional e a mútua cooperação entre o poder público e a sociedade organizada é caminho fecundo já testado, com êxito, no campo da Ecologia. As organizações não governamentais - as poderosas ONGS - tão atuantes na proteção do patrimônio natural, têm atuação muito tímida no que se refere ao patrimônio cultural. Natureza e cultura, conceitos por largo tempo em oposição, precisam

articular-se agora, porque no Brasil os direitos culturais não se dissociam do direito à educação, à saúde, à terra, à habitação, ao transporte, ao trabalho, ao turismo. As políticas culturais em geral, e a política do patrimônio cultural em especial, estão intimamente ligadas às questões de planejamento e execução dos programas sociais que a população brasileira demanda.

Passados quase 30 anos dos movimentos culturais que espantaram o mundo pela rapidez e amplitude alcançadas ainda precisamos repetir as mensagens dos grafites nos muros de Paris:

É PROIBIDO PROIBIR.

A IMAGINAÇÃO NO PODER,
PEÇAMOS O IMPOSSÍVEL.

O ano de 1968, cuja história começa a ser escrita e cuja memória permanece arquivada nas lembranças dos que viveram a exigência da felicidade, talvez possa ser sintetizado em outro grafite:

A VONTADE GERAL CONTRA A
VONTADE DO GENERAL.

Concluindo, gostaria de retomar o conceito de referência cultural que me parece finíssimo nestes tempos de vazio institucional. Referência é a relação que existe entre certas coisas. Em sua origem latina referência significa menção, insinuação, alusão. Uma referência conta ou relata alguma coisa através de palavras ou imagens. Todos nós temos referências, todos nós sabemos que onde há fumaça há fogo. Adaptada do inglês a palavra referência significa fonte de esclarecimento e, no plural, referências atestam a integridade ou idoneidade de alguém ou de alguma coisa. Assim, ao mesmo tempo fonte de conhecimento e relação existe entre coisas, a referência cultural remete à cidadania, posto que "a cultura não se reduz ao supérfluo, à sobremesa, ao mundo oficial, mas se realiza como um direito de todos os brasileiros, a partir do qual eles se diferenciam, entram em conflito, recusam ou aceitam modelos, criam alternativas, tornam-se sujeitos da história: autores de sua própria memória."(9)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(1) ESTANISLAU, Lidia Avelar. Minha terra tem Palmares. Belo Horizonte: Jornal Estado de Minas, 14 de maio de 1991.

(2) DE DECCA, Edgar Salvadori. Memória e cidadania. Campinas: mimeo, 1991.

(3) _____ op. cit.

(4) NORA, Pierre (org) Les lieux de mémoire. Paris: Gallimard, 1984.

(5) GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Cidadania, liberdade e patrimônio cultural. Rio de Janeiro: mimeo, 1992.

(6) _____ A sedução da autenticidade: meditações sobre os discursos do patrimônio cultural brasileiro. Belo Horizonte: mimeo, 1992.

(7) _____ A retórica da perda: discurso nacionalista e patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: CIEC/Centro Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos, 1991.

(8) ESTANISLAU, Lidia Avelar. Identidade e memória nacional. Ouro Preto: mimeo, 1992.

(9) CHAUI, Marilena. Cultura, socialismo e democracia. São Paulo: Teoria e Debate n° 8, 1989.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UM EXERCÍCIO DE LEMBRANÇAS

JOSÉ MARIA B. DE PAIVA

IBAC

J á o termo "paper" para desenvolver uma pré-reflexão, assim, em língua estrangeira, demonstra a influência de culturas exógenas, dentro de jargões que (às centenas) ilustram a "criatividade" porque "passeia" a "modernidade" do sistema administrativo neste país. Mesmo assim, vamos pensar, no "papel", (isto é: por escrito), sobre este momento de apodrecimento do sistema nacional de administração pública e para o qual a ENAP, em boa hora, nos convoca. A tão sofrida ENAP.

Meu primeiro momento de uma trajetória dedicada ao Teatro e ao Ensino das Artes, começou num circo.

Ali eu entendi o que era administração, disciplina, ética, hierarquia, trabalho responsável, entusiasmo, fazendo e vivendo todas as profissões que se exercitam no Palácio de Lona. Um dia, bilheteiro, no outro, alimentador, alimentador dos macacos, no terceiro, contra-regra. Aprendi que um circo chega antes de chegar: planejamento - na frente vem os "frentistas", que tratam das ações legais, tais como o alvará; caso o circo pretenda passar mais de três meses, matricular as crianças; o melhor veterinário, a divulgação e o estudo do espaço, direção provável dos ventos, feira onde se compre o "rango" mais barato, como se deve resolver o problema da água, etc. O terreno está marcado: um circulo/circo de

madeira, ferro, lona, cordas e ...planejamento. Os raios que marcam a idéia do espaço circular e concêntrico, são as vigas dos que são artistas, técnicos e administradores do espetáculo. E cada artista é/são as três coisas-múltiplos. Começa a temporada: todos são tudo. Findam-se os espetáculos: na ordem vão partindo, em escalas e grupos, para a próxima estréia. Quando o último empregado parte, nem um grão de pó de lixo no chão, nem dívidas na praça, nem tristezas na lembrança dos que voltaram à infância, nas vesperais e "soirees"... apenas o espectro do picadeiro marcado no chão.

Não é assim, pelo que vejo e sinto, a vida dos outros palhaços da vida. Hoje todos querem ser mágicos, equilibristas, ilusionistas, trapezistas no circo social - sem a ética dessas profissões. Ninguém quer trabalhar, procurando tudo saber ou fazendo tudo para saber. Nos últimos lustros, apareceu o fenômeno do lobista-lobos ou hienas a comprarem políticos, funcionários, gerentes, etc. Criaram-se chefias ou funções gratificadas (DAS), por pressão de deputados, senadores ou presidentes de partido... tudo enfim, sem nenhum preparo ou qualquer sombra de moral, enquanto os servidores competentes das repartições trabalham para os afilhados. Sem direito a plano de saúde.

A carreira de administrador, depois de administrador público, no Brasil, ainda é uma corrida sem sinal de partida ou chegada.

Não se pode esquecer que no nosso país, ao longo do tempo, as coisas foram mudando. Particularmente no Serviço Público. Muita gente boa (como se chamavam, antigamente, os talentosos, os da elite cultural econômica) foi funcionário, no estado reinol e republicano. Vide o Martins Pena, o Alencar, o Rio Branco, o Machado de Assis, o Drummond, o Villa-Lobos e por aí muitos. Até a invenção dos cursos universitários (entre estes os de administração) de formação e treinamento de pessoal, para atender, principalmente, a burocracia do Estado. Até o "Gê-Gê" criou uma Escola de Administração, que depois ficou chamada de FGV, onde pontificaram Simões, Guerreiro de outros nomes que olvidamos. Escola com grandes idéias e ideais: como esta ENAP, pensada a partir de uma Constituição Parlamentarista. Desde o tempo do papel almaço, caneta de pena dourada e tinta "parker" até o computador, muita memória ficou apagada. As influências da cultura gerencial inglesa e americana foram preparadas para seu universo de primeiro mundo mas depois aperfeiçoada para destruir os países de 5º mundo, como nós: Na alienação de um país que vive, hipnoticamente, ante o vídeo, além de que a educação de 1º, 2º e 3º graus absolutamente destruída, restando (apenas poucos escolhidos) a pós-graduação ou 4º/5º graus, sem nos deixar fé ou esperança, somente o medo, no nosso Estado pré-somaliano.

Assim, criticamente, sardonicamente, magoadamente, chegamos aqui para falar nesta hora, - num painel de 2 horas. Para conversarmos sobre administração pública, num exercício de lembranças ou de saudade. Falar de que - por exemplo: da área da cultura? como? se o "seu" Ipojuca e o safado patrão fez o que fez com o país e a máquina cultural foi - por eles - destruída. Acho que poderemos falar muito, criticando e repensando. Demonstrando, por amostragem irônica, o grande defeito do sistema político e administrativo do país e que hoje participa na "res" pública. Este "paper" (eu sou um profissional do "papel" que represento no palco), para mim, talvez, seja, apenas, um provocador, um exercício de jogar escremento no ventilador, para ver se nos vacinamos ou explodimos. Na busca de uma nova atuação. Daquilo que deveria ser o básico da nossa ação: Servir, bem servir aos que nos pagam com seus impostos, nos postos que ocupamos e onde devemos funcionar, mesmos repartidos. Não é na repartição que trabalhamos.

A TRAJETÓRIA INSTITUCIONAL BRASILEIRA NA PRÁTICA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

CÁSSIA REGINA CARVALHO DE MAGALDI

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO/SNC/DPH

Numa perspectiva de reflexão sobre o tema proposto pretendemos inicialmente abordar a trajetória institucional brasileira na prática da preservação do patrimônio cultural, a partir da década de 30, com a criação do SPHAN e do Decreto-Lei nº 25 de novembro de 1937; a estrutura administrativa onde a "rebeldia modernista" foi adaptada ao ideário do Estado Novo na tentativa de criação de uma identidade nacional. Na sequência analisaremos os mais de trinta anos de atividade do SPHAN, atual IBPC, em favor da preservação de bens culturais isolados, privilegiando exemplares do patrimônio edificado considerados de excepcional valor histórico-arquitetônico, documentos representativos do poder político, religioso, militar e das classes dominantes, com seus feitos e seus modos de vida, na tentativa, conjunta com outras práticas culturais do Estado, da construção fechada de uma versão unívoca do passado.

Posteriormente os investimentos do governo federal nos anos 70 para a restauração e recuperação de conjuntos arquitetônicos na perspectiva da exploração do turismo, inicialmente nas cidades históricas do Nordeste, abrangendo em seguida outros Estados como por exemplo Rio de Janeiro e Minas Gerais. A este fato soma-se a criação de órgãos de preservação estaduais que serão co-responsáveis na

gerência daqueles investimentos.

Num segundo momento abordaremos o aparecimento de órgãos municipais de preservação nos anos 80, o que vem acirrar os conflitos e contradições entre a preservação da memória das cidades, e as atividades do planejamento urbano.

Nas cidades brasileiras, as idéias de progresso e modernidade têm levado a uma sistemática destruição das marcas do passado. Assim como o patrimônio ambiental urbano pode ser considerado a materialização das relações sociais que interagem no espaço da cidade, funcionando como elemento de identidade, a sua preservação deve ser vista como parte de uma luta. A luta pela apropriação da cidade visando resguardar seus significados culturais que testemunham modos de vida e experiências.

Sendo assim a questão da preservação não se resume apenas numa questão técnica e operacional. "se os registros da memória social constituem nosso objeto de trabalho, é com a sociedade que temos que dialogar em primeiro lugar. O Estado não pode ser o produtor da memória nem o definidor do que pode e deve ser preservado. O Estado deve comportar-se como serviço público". É nesta perspectiva que pretendemos colaborar no debate sobre o estabelecimento e coordenação de políticas de preservação, e formas de constituição das várias memórias brasileiras.

POLÍTICAS CULTURAIS E PATRIMÔNIO HISTÓRICO

DE LA RIBEIRO PEREIRA

N

políticas culturais integradas ao planejamento econômico e social, visando ao desenvolvimento do patrimônio histórico e cultural da população.



A PERSPECTIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DA CULTURA NO BRASIL

POLÍTICAS CULTURAIS E PATRIMÔNIO HISTÓRICO

DÉA RIBEIRO FENELON

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

No Brasil, a política cultural do Estado tem sido conceituada como o conjunto de princípios filosóficos, políticos e doutrinários que orientam a ação dos órgãos governamentais, marcando sua intervenção nas mais diversas manifestações sociais - sempre pautada pelos critérios do mercado e do consumo cultural. No tocante às políticas de preservação do patrimônio histórico, seja no âmbito federal como no estadual e municipal, estas ações guardaram sempre a marca da improvisação e da empíria, ou da manipulação e do uso político da cultura.

A criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, em 1937, pelo esforço e ação de intelectuais paulistas e mineiros dentre os quais Mário de Andrade, correspondeu à intenção de "abrasileirar os brasileiros" - como afirmou o mestre modernista, fiel aos princípios de trabalhar para o que pretendia fosse a descoberta do Brasil valorizando temas, objetos, sons, cores, construções brasileiras.

Ainda que teoricamente os modernistas não casassem de chamar a atenção de todos para o "interior", realizando expedições, viagens e excursões destinadas a registrar a cultura do povo - e buscando sempre acentuar o valor criativo da cultura autenticamente "nacional" - no trabalho prático

pouco se conseguiu incorporar ou mesmo reconhecer da experiência social, dos valores e do conhecimento dos diversos segmentos da população.

Nascida nos meandros e contradições do autoritarismo do Estado Novo, esta concepção de patrimônio histórico, mesclada de rebeldia modernista, acabou por cristalizar os elementos do nacionalismo autoritário com as intenções modernistas, na tentativa e com o objetivo de recuperar o passado para alcançar uma definição da identidade nacional. Em suas falas e em suas memórias, os intelectuais que deram forma e conteúdo à política de preservação do SPHAN sempre se consideraram não apenas como portadores de uma grande autonomia em relação ao Estado, mas também como vanguardas de cunho liberal que propugnavam a identificação, a defesa, a restauração e a conservação dos grandes monumentos e obras de arte que dariam consistência à chamada cultura brasileira.

Deste modo, o trabalho de constituição do patrimônio histórico nacional foi produzido rapidamente após a criação do SPHAN e do Decreto nº 25, de novembro de 1937, que conceituava e definia critérios de tombamento. De maneira coerente com as concepções de cultura enunciadas, e certamente exprimindo mais uma vez a conciliação e o arranjo em torno do poder, o trabalho de preserva-

ção ganhou fórum e status de conhecimento científico. Organizou-se uma estrutura administrativa compatível com as propostas, e unidades orçamentárias foram criadas - ainda que sempre deficientes, pois o lugar da cultura era secundário e as verbas sempre escassas...

Enquadrado no aparelho burocrático, o SPHAN passou a ser considerado um espécie de "refrigério da cultura oficial" pela proclamada autonomia que seus dirigentes sempre buscaram resguardar. Apesar de sempre se pretender técnica e neutra em sua atuação, política de preservação deste órgão constitui talvez o exemplo mais fecundo da intervenção governamental na área da cultura, empenhada em construir uma memória e uma identidade nacionais.

Não foi necessário muito tempo para se identificar e se colocar sob proteção e égide do Estado, através do instituto do tombamento regulamentado pelo Decreto 25, um conjunto de bens culturais que constituem até hoje, a grosso modo, o núcleo do assim chamado patrimônio histórico oficial do Brasil. Significativamente, a predominância do patrimônio edificado é avassaladora: igrejas, capelas, quartéis, fortes, cadeias, palácios, casas da câmara, imponentes casarões, logo surgiram nas listagens e foram paciente (e valorosamente) restaurados e postos à visitação pública como símbolos do passado da Nação. Estavam assim consagrados e definidos os elementos simbólicos dignos de preservação e de integrarem este patrimônio - as sedes do poder político, religioso, militar, da classe dominante com seus feitos e modos de vida. A serviço do poder, a cultura se submete e consagra-se à "função anestésica" da noção tradicional de patrimônio histórico e de tudo que ela procura preservar.

Vencia outra vez a perspectiva de consagrar como obras de arte e da cultura os símbolos do poder constituído. Desprovida assim de memória coletiva que lhe permitisse a consciência histórica - pelo efeito desagregador da impossibilidade de acumular suas realizações como cultura - a maioria da população continuou sem se reconhecer nestes símbolos. Com isso, foi expropriada também de sua memória e da sua história.

No entanto, sempre é preciso reconhecer e afirmar o significado deste patrimônio que o SPHAN e outros órgãos de patrimônio histórico conseguiram preservar ao identificar, restaurar e conservar bens culturais de inegável valor histórico e artístico - sobretudo o legado barroco, como testemunho das

condições da presença portuguesa ao longo dos séculos de colonização. O que se quer destacar, entretanto, é a política cultural que orientou esta preservação: ao tentar apresentar somente estes registros e acervos, carregando nas tintas do seu significado como fator de unidade nacional, atuou como fator de solvência das contradições reais e retirou da memória o significado de luta social que ela possui. A preocupação em consagrar um patrimônio que acentuava apenas a presença do Estado, das instituições estabelecidas e classes sociais dirigentes, apagou marcas importantes do cotidiano e da experiência social vivenciada por grandes contingentes da população, alijada da reflexão para constituir-se em cultura.

Além desse caráter ideológico, é importante destacar que a orientação dada pelos órgãos oficiais como o SPHAN e outros que foram criados nos Estados e municípios, fez desenvolver uma política de tombamento que valorizava aspectos formais de caracterização das obras de arte "puras", ou os espécimes representativos de estilos arquitetônico, acentuando o lado técnico dessa identificação e o caráter de coleção dos bens registrados enquanto patrimônio - registro quase sempre desprovido das relações sociais que os tornaram possíveis. Tal orientação terminou por corporificar uma concepção e um forma de praticar a preservação como a única possível, sempre com o caráter institucional e oficial como elemento definidor. É precisamente este caráter institucional da experiência brasileira no que diz respeito ao patrimônio histórico que julgamos importante colocar em discussão.

Quando propomos o debate e a reflexão sobre as políticas de patrimônio histórico, queremos tratá-lo não apenas no âmbito restrito das técnicas de intervenção ou dos critérios de identificação e preservação e seus conceitos operacionais. Para além desses aspectos, é preciso politizar o tema, reconhecendo as condições históricas em que se forjaram muitas das suas premissas - e articulando-as com as lutas pela qualidade de vida, pela preservação do meio ambiente, pelos direitos à pluralidade e sobretudo pelo direito à cidadania cultural. Com isso busca-se retomar um sentido de patrimônio histórico que nos permita entendê-lo como prática social e cultural de diversos e múltiplos agentes.

No social, esta luta se concretiza entre diferentes sujeitos históricos, assumindo formas diversas e resultando em diferentes memórias. Destaca-se então, a idéia de que "Cultura é mais do que as belas

artes. É memória, é política, é história, é técnica, é cozinha, é vestuário, é religião, etc. Ali onde os seres humanos criam símbolos, valores, práticas, há cultura. Ali onde é criado o sentido do tempo, do visível e o invisível, do sagrado e do profano, do prazer e do desejo, da beleza e da feiura, da bondade e da maldade, da justiça e da injustiça, ali há cultura”.

Assim, o princípio da cidadania cultural se desdobra em diversas práticas que possibilitam garantir, em todos os níveis, o direito à cultura a toda uma população socialmente diferenciada, diluindo as fronteiras hierarquizadas das experiências culturais na cidade. Este princípio leva necessariamente à concepção de que os equipamentos culturais de uma Prefeitura Municipal, por exemplo, constituem bens públicos e, enquanto tais, devem ser colocados a serviço da população. Envolve também a democratização da produção cultural, seja do ponto de vista de garantir os trabalhadores e a população da cidade de instrumentos capazes de possibilitar sua produção cultural autônoma, tanto quanto a sua formação e informação culturais. Por outro lado, significa - por parte do governo - o acolhimento de projetos individuais ou coletivos, fornecendo-lhes na medida das possibilidades e limites da municipalidade, máximas condições de realização. Pensada como uma diretriz geral, a cidadania cultural envolve também as questões pertinentes à preservação e o registro como parte do direito à memória.

II - O DIREITO À MEMÓRIA

“Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo da praxe. Estes despojos são o que chamamos bem cultural.”

(*Walter Benjamin. Teses sobre o conceito de História.*)

No final da década de 30, quando escreveu esse texto, Walter Benjamin via o nazismo crescer como uma erva venenosa por toda a Europa. Sua observação, tornada mais aguda e dolorosa pelas circunstâncias, vale para a cultura em todas as suas modalidades, também em outros tempos e lugares. Pensando na velha tradição que caracteriza a área do patrimônio histórico, ela se torna ainda mais contundente. Neste campo, os bens culturais foram sempre

tratados como despojos no cortejo triunfal dos vencedores. Expropriados, isolados e descontextualizados os bens materiais, suportes de memórias de múltiplos sujeitos sociais, têm sido oferecidos aos cidadãos de São Paulo e do Brasil como parte de um movimento que serve apenas para ostentar a glória e o poder dos vitoriosos. A pompa do cortejo e seu pesado arsenal simbólico, inscrito em monumentos e documentos, produzem o esquecimento de significados originais, múltiplos e diversos: afirmam a unicidade da história e constroem o vínculo, tornando natural, entre saber e poder.

Museus, arquivos, edifícios monumentais, marcos físicos e simbólicos têm sido sempre tratados como templos. Lugares silenciosos e imponentes de reverência a um determinado saber. Lugares para aprender o quanto somos esclarecidos, civilizados e cultos; espaços de reconhecimento e reafirmação de um certo passado, uma certa história e uma memória “certa”. Desqualificados, prostrados no chão, excluídos dos circuitos de produção da memória e do conhecimento sobre o passado, resta aos homens e mulheres que fizeram e fazem a cidade a condição de espectadores passivos, aprendizes de uma memória que não lhes pertence.

Foi exatamente contra esse tipo de noção e prática que o Departamento do Patrimônio Histórico/SMC/SP orientou sua ação no período de 1989-1992: ao cortejo triunfal dos vencedores contrapôs-se o direito à memória. Há muito tempo que os historiadores vêm salientando sua diversidade e multiplicidade. Como qualquer experiência humana, a memória é também um campo minado pelos conflitos sociais: um campo da luta política, de verdades que se batem, no qual esforços de ocultação e clarificação estão presentes na luta entre sujeitos históricos diversos que produzem diferentes versões, interpretações, valores e práticas culturais. Exatamente por isto, a memória histórica constitui uma das formas mais poderosas e sutis da dominação e da legitimação do poder.

Por isto mesmo, a diferença e a multiplicidade precisam estar presentes no interior de uma política cultural que tenha como eixo central a compreensão da memória como um direito. Os bens culturais - marcos físicos ou registros documentais do passado - não devem ser entendidos ou tratados como despojos que testemunhem o longo triunfo de alguns. São patrimônio coletivos de sujeitos sociais diversos, capazes de conhecer suas diferenças e seus direitos e enfrentar a força criadora da multiplicidade. Trata-

se de não mais espezinhar os mortos, mas deixar que a vida volte a animar sua presença na cena histórica. O direito à memória constitui, para nós, uma dimensão fundamental do pleno exercício da cidadania: destituídos de suas lembranças e de seu passado, nada restará aos homens e mulheres do presente exceto contemplar, mudos e perplexos, a passagem do cortejo.

Falar em direito à memória implica, portanto, modificar o significado da noção corrente de "bens culturais". Eles não são apenas aqueles tradicionalmente considerados dignos de preservação, produzidos e definidos pelos vencedores de cada época. Ao contrário, são os frutos de todos os saberes, todas as memórias de experiências humanas. Não apenas monumentos, bens isolados e descontextualizados, mas testemunhos materiais portadores de significação, passíveis de muitas leituras. Não apenas aqueles que um certo saber selecionou e atribuiu valor, mas todos aqueles que brotam de escolhas e ações coletivas. O desafio foi fazer do passado um instrumento para a construção do presente, tornar o antigo uma ferramenta para o novo. Mostrar que o "moderno" não se faz pela destruição ou pela negação daquilo que é passado, e que não nos serve uma concepção de modernidade que se erija sobre os despojos de perdedores silenciados e ocultos.

FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS NA ÁREA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

EUGÊNIO DE ÁVILA LINS

PROFESSOR: UFBA/CECRE

Para abordarmos a perspectiva da administração pública da cultura no Brasil, é premente analisarmos a situação passada e a atual para que possamos delinear o futuro.

Dentro desta questão maior, minhas reflexões e contribuições serão enfocadas na área da formação de recursos humanos para a preservação do patrimônio cultural.

Algumas considerações prévias, de caráter geral, tornam-se contudo necessárias.

. Evolução do Conceito de Patrimônio Cultural

Etimologicamente falando, todo patrimônio significa "bens herdados dos pais", logo, um legado do passado. Portanto qualquer reflexão sobre tal objeto é, geralmente, de caráter retrospectivo. Nesse sentido somos então obrigados a abordar alguns aspectos da evolução do conceito de patrimônio.

A evolução do conceito de patrimônio histórico-cultural conheceu, na maioria dos países, uma trajetória marcada por dois momentos distintos:

- no primeiro, sua compreensão era restrita e sua área de abrangência limitada, ficando fácil exercer a fiscalização e proteção do espaço que lhe era definido;

- no segundo, o conceito de patrimônio se amplia e torna-se difícil, apreender e proteger este universo. A partir de então a utilização dos modelos de proteção, fiscalização e apropriação, adotados no primeiro momento, tem se mostrado ineficaz. Uma revisão desses modelos e métodos passa a ser mais do que nunca necessária.

Ao compreendermos a fluidez do domínio desse conceito, concluímos que discutir a questão do patrimônio cultural é buscar apreender a futura evolução de um conceito que se modifica ao longo do tempo, segundo a natureza dos critérios escolhidos para identificá-lo. Portanto, o entendimento da realidade e do sentido desse patrimônio, situa-se diretamente no vínculo que une passado e presente ao futuro.

O patrimônio cultural é, concretamente, parte de nosso presente contínuo e sua preservação nasce a partir do comprometimento com a vida. Sendo assim, a exigência da conservação do patrimônio ultrapassa, hoje em dia, o critério de antiguidade e tende a englobar tudo o que testemunhe culturas, mentalidades e modos de vida, vínculos profundos do homem com ele mesmo e com a natureza.

Acreditar no uso e no sentido profundo do patrimônio impõe a necessidade de assumir seu mais

extenso e preciso conhecimento. Exige a conservação e a preservação de sua autenticidade.

É claro que só isto não bastará, pois, a própria conservação material do patrimônio, implica no advento de uma sociedade mais diversificada, que além da elevação do nível cultural geral, propicie segundo Michel Parrent, a instituição de uma espécie de conservatório de habitantes ligada à problemática do uso social do patrimônio”.

Para tanto, numa sociedade em crise como a nossa, torna-se imprescindível a recuperação da relação do homem com o seu meio ambiente e do respeito aos valores sociais e culturais.

E isto só é possível através da educação.

Feitas essas considerações, podemos agora nos voltar a reflexão mais direta sobre a formação de profissionais na área da preservação do patrimônio cultural.

. Formação de Recursos Humanos

É importante salientar que a formação de profissionais na área da preservação cultural exige o conhecimento de uma teoria para a salvaguarda do patrimônio. É esta preparação básica a responsável pela ordenação de idéias e elementos que vão possibilitar uma fiel interpretação da realidade. O pensamento teórico, também resultante de uma vivência prática, deve ser constantemente aprimorado.

Antecedente:

No Brasil a formação de recursos humanos para preservação do patrimônio cultural, até a década de 70, esteve basicamente restrita a profissionais que faziam sua formação no exterior ou eram autodatas.

A partir da década de 70, surgem os primeiros cursos de pós-graduação para as áreas de políticas culturais e preservação de bens culturais móveis e imóveis.

Nas duas últimas décadas, dois centros se firmaram nacionalmente e internacionalmente como formadores de profissionais na área da preservação de bens culturais: o CECOR - Centro de Restauração de Bens Móveis da Universidade Federal de Minas Gerais e o CECRE - Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos da Universidade Federal da

Bahia.

É a partir da experiência vivenciada, primeiramente como aluno e posteriormente como coordenador do CECRE, que passamos a desenvolver a análise a seguir.

No início da implantação do CECRE, sua realização se baseava em uma estrutura móvel que, a cada dois anos, sediava-se em diferentes estados brasileiros. São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais abrigaram o Curso em 1974, 76 e 78, respectivamente.

Quando veio para a Bahia, em 1981, o CECRE já assumia caráter internacional e recebia seus primeiros alunos estrangeiros. A Universidade Federal da Bahia acolheu o curso oferecendo condições peculiares:

. possuir centros de pesquisa voltados para a questão da preservação do patrimônio histórico cultural;

. desenvolver trabalhos conjuntos com órgãos vinculados a área cultural na esfera municipal, estadual e federal, além de localizar-se em Salvador, cujo Centro Histórico foi declarado “Patrimônio da Humanidade” em 1985, constituindo-se em objeto de estudo para as aulas teórica e práticas.

O ano de 1988 ficou marcado na história do CECRE pelas grandes alterações realizadas, resultante de reavaliações, do amadurecimento e das novas e crescentes demandas de outros profissionais interessados neste tipo de capacitação.

Entre as principais alterações introduzidas, o CECRE ampliou sua área de formação, passando a incluir: restauração de edifícios, engenharia do restauro e urbanismo (áreas de interesse histórico e cultural). Neste ano também foi criado o estágio orientado.

. Estágio atual do CECRE

O CECRE é promovido através da parceria entre PNUD/UNESCO, IBPC e Universidade Federal da Bahia e visa capacitar arquitetos, engenheiros e urbanistas na área da preservação do patrimônio, dentro de um modelo integrado de ensino. A metodologia conjuga uma série de disciplinas de conteúdo científico, técnico e humanista, através de objetivos operacionais que se baseiam em problemas concretos e soluções reais.

A proposta do CECRE é desenvolver um processo ensino-aprendizado voltado para a vida, que tem como princípio trabalhar com a educação do olhar, a sensibilidade para com os semelhantes e os problemas do meio ambiente. Ao contrário dos cursos tradicionais, baseados exclusivamente em transferência de conhecimento de habilidades, o CECRE busca a formação integral de profissionais que possam se comprometer verdadeiramente com a garantia da qualidade de vida da sociedade. Para tanto, investe na geração de uma consciência crítica que os permita pensar com discernimento e penetrar com conhecimento nos componentes do patrimônio em que atuam.

Outro aspecto considerado de relevância para o curso é o da multidisciplinariedade, sem a qual torna-se impossível a realização de ações nesta área. Entenda-se multidisciplinariedade não como a soma de pareceres, relatórios ou projetos, mas como um processo desenvolvido em conjunto, cujo resultado reflete toda a sua inteireza. Com isto, espera-se que os profissionais atuem de forma mais ampla e, ao mesmo tempo, mais partilhada.

A dinamicidade na estrutura do curso exige que cada edição seja minuciosamente avaliada e permite que sejam feitas correções e incorporações de novas propostas e novos conhecimentos emergentes.

A partir de 1990 o CECRE, que antes recebia apenas alunos estrangeiros com projetos para o atelier com temas ligados a edifícios e áreas urbanas de Salvador, abre suas portas para propostas dos seus locais de origem. A iniciativa visou também aumentar o nível de compromisso, a relação afetiva do aluno com seu objeto de estudo e a possibilidade de se trabalhar com projeto e realidades diversas, ampliando o leque de problemas e soluções a serem tratados durante o curso

O curso está dividido em 405 horas de aulas teóricas, 150 horas de aulas práticas, 320 horas de trabalho de atelier e 160 horas de estágio orientado. Entre os conteúdos incorporados à estrutura do curso, ao longo de sua existência, constam a arqueologia histórica, percepção do espaço, políticas culturais, meio ambiente urbano e rural, tecnologia alternativas e de ponta para a conservação e restauração.

O CECRE é hoje o único programa de especialização do gênero existente na América Latina e nos países de língua portuguesa da África e Europa,

o que provocou uma demanda de mais de 200 candidatos estrangeiros para os últimos três cursos.

Após sua fixação na Bahia (1981) já foram realizados quatro cursos que formaram 87 especialistas de 15 estados da Federação e 30 especialistas de 15 países da América Latina, África e Europa. No curso em andamento, estão participando 16 profissionais de 8 estados brasileiros e 9 estrangeiros.

A maior dificuldade enfrentada pelo CECRE diz respeito à própria manutenção do curso. Antes de cada edição são travadas verdadeiras batalhas na busca de recursos financeiros que assegurem a realização e a qualidade do mesmo. Os convênios assinados entre as instituições parceiras nem sempre asseguram o andamento do curso.

Tomemos como exemplo o VIII CECRE. Previsto para ser iniciado em março de 1992, só teve início um ano depois, em abril de 1993, apesar das providências para sua realização terem sido efetivadas desde março de 1991. Problemas de ordem institucional, administrativa e financeira, a nível federal, foram responsáveis por este atraso e ainda o são para o recebimento dos recursos financeiros previstos desde dezembro de 1992.

O que fica patente é que, enquanto continuarmos sem uma política cultural e sem a segurança de continuidade da mesma, motivada entre outras coisas pela rotatividade cada vez maior nas estruturas de comando dos órgãos de cultura, estaremos sempre diante de situações que inviabilizam a continuidade de qualquer projeto.

Podemos afirmar que a manutenção do CECRE deve-se, em grande parte, a credibilidade que o mesmo tem nas instituições internacionais e a pressão que estas exercem junto aos órgãos nacionais para sua realização. Na esfera nacional, seria omissão não citar o apoio que a CAPES tem dado ao curso, sempre cumprindo e atendendo as solicitações, com o trabalho sem limites que fazem alguns profissionais, tanto do IBPC como da UFBA, no sentido da manutenção do programa.

Mesmo enfrentando todas as dificuldades, o curso busca a sua consolidação e ampliação respaldado pela sua importância enquanto formador de uma rede nacional e internacional que possibilita uma troca de informações entre profissionais da área, tanto alunos como professores.

Outras referências

Ampliando a reflexão para outros esforços na área da formação de recursos humanos a nível nacional, observamos a descontinuidade de alguns projetos, gerando cada vez mais uma desarticulação nas ações que envolvem a preservação dos bens culturais. Em 1989, foi criada a Comissão Nacional de Ensino e Pesquisa em Conservação de bens Culturais, vinculada ao Programa PNUD/UNESCO "Conservação de Bens Culturais", tendo como um dos seus propósitos traçar diretrizes para formação de Recursos Humanos nesta área. Esta Comissão, composta por instituições responsáveis por vários tipos de ações na área da proteção dos bens culturais, teve duração bastante efêmera, tendo se desarticulado entre outros motivos, pela desestruturação que ocorreu nos órgãos federais a partir de 1990.

. Políticas

. De formação do servidor público na área da cultura

O que se nota, de um modo geral é que o servidor público busca o seu aperfeiçoamento motivado por uma decisão pessoal, tendo em vista que praticamente inexistem incentivos ou planos de carreiras que levem em consideração o crescimento profissional do funcionário. Na grande maioria, os planos de carreiras valorizam prioritariamente o tempo de serviço, e, quando levam em conta o aperfeiçoamento, este item é praticamente inexpressivo em termos de progressão funcional e salarial.

O quadro se agrava ainda mais, quando vemos que o servidor público, de um modo geral, é tratado como trabalhador de segunda categoria, quando não, como de terceira e quarta, na área federal.

É necessário promover radicais modificações da política em relação a carreira do servidor público, dentre as quais ressaltamos a utilização do critério de associar sua progressão funcional e salarial ao seu crescente aperfeiçoamento bem como a demonstrações concretas de suas realizações.

. Da administração pública da cultura

Falar de uma perspectiva da administração pública da cultura no Brasil, pressupõe em primeiro lugar que o Estado assumira a cultura como um dos principais elementos formador da cidadania e promotor do desenvolvimento, dentro das especificidades do país.

Para tanto, se faz necessário traçar uma política

cultural não centralizadora, mas que seja o resultado dos diversos segmentos da sociedade e por isto mesmo capaz de se manter, independentemente da rotatividade dos representantes dos poderes públicos. Uma política cultural que perca o ranço de transformar o bem cultural em algo mumificado, separado e desintegrado do presente e conseqüentemente sem participação ativa no futuro.

. De formação de pessoal para a área de patrimônio cultural

Mais do que nunca é necessário à administração pública brasileira, capacitar novos profissionais, como também reciclar os já atuantes na área, que em sua grande maioria encontram-se desatualizados. E mais do que nunca, independentemente das formações específicas que a área exige, é imprescindível possibilitar a capacitação na área de gerenciamento de projetos, pois consideramos a falta de pessoas qualificadas neste campo, como uma das causas que mais contribui para o insucesso de muitos programas.

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL

ANA CLÁUDIA LIMA E ALVES

IBPC/14º CR

“Aqui tudo parece que ainda é construção e já é ruína”.

Caetano Veloso

Inflação, corrupção, desperdício, opressão, desemprego, fome, miséria, violência, conflagração. No Brasil de hoje, ninguém é cidadão. A maior parte da população das classes pobre e miserável, não exerce (e mesmo não sabe) seus direitos e a outra parte não cumpre seus deveres. Todos atribuem ao Governo a condição de ente Supremo, o deus que distribui a desgraça e a felicidade. Todos esperam dele a esmola, o desemprego, o grande negócio, a solução milagrosa e salvadora.

O nível de barbárie a que se chegou ameaça todos os brasileiros. É preciso fazer alguma coisa para reverter a situação. Surge uma mobilização da mídia e de vários segmentos sociais, em todo o Brasil, no sentido de resgatar a cidadania e encaminhar soluções consequentes e com alguma perspectiva de continuidade. Não basta resolver a fome com campanhas paliativas. É preciso solucionar de forma permanente as questões de trabalho, moradia, educação, saúde e lazer da grande massa de desvalidos. Os problemas não são conjunturais, são estruturais. Para resolvê-los há que se promover uma revolução no comportamento do Governo - em seus três

poderes e em suas três instâncias - e de toda a sociedade. Essa revolução é factível. Se todos cumprirem a Constituição e as Leis do país, a maior parte dos problemas sociais e da cidadania estarão solucionados. Nossa Constituição é moderna, digna de qualquer país desenvolvido do mundo. Nela estão indicadas as prioridades de investimento do Estado e até os mecanismos para sua execução. Seus excessos ou contradições, em boa parte resultantes da não regulamentação da maioria dos seus artigos, podem ser superados com bom senso, trabalho e vontade política, e não justificam o imobilismo ou a indiferença e até o cinismo do Governo e da classe dominante.

Parte desses excessos e contradições devem ser resolvidos com a reforma e racionalização do Estado. É preciso compatibilizar os recursos com as tarefas a serem executadas pelo Governo, é preciso descentralizar e privatizar serviços, é preciso municipalizar ações e suas correspondentes fontes de recursos. É preciso definir claramente onde e como o Governo Federal deve atuar.

A cultura, institucionalizada ou não, permeia toda a sociedade e o Governo, ainda que não se tenha consciência disso. A falta de cultura, ou de referências culturais, é mais um ingrediente do nosso caos cotidiano. Criar uma nova sociedade e um novo Estado formado de cidadãos, implica também em

resgatar seus valores, suas identidades e suas referências culturais.

Os plurais são intencionais. A cultura brasileira é múltipla e diversificada, como o são seus produtos e seus processos coletivos de criação.

Então, criar uma sociedade de cidadãos implica em criar uma nova Educação. A educação é, antes de tudo, um processo de transmissão de valores e comportamentos sociais e culturais de uma classe e portanto, um instrumento de dominação. Não se trata aqui de retórica ou defesa ideológica. A falência da educação em nosso país é constatável na simples observação do nosso cotidiano, no simples conhecimento do índice de evasão escolar ou do último censo do IGBE.

Este fenômeno se explica em parte pela fome e pela miséria - 7.200.000 crianças e jovens no mercado de trabalho e fora da escola -, pelos baixos salários dos professores, pela falta de recursos materiais e didáticos. Mas se explica também pela inadaptação dos alunos a uma cultura estranha à sua. O lavrador Antônio Cícero de Souza diz, em entrevista publicada no livro "Lutar com a Palavra", de Carlos Rodrigues Brandão (RJ, Graal, 1982): "a educação que chega pro senhor é a sua, da sua gente. É pros usos do seu mundo. Agora, a minha educação é a sua. Ela tem o saber da sua gente... mas pra nós é uma coisa que ajuda e não desenvolve... o meu saberzinho que já é pouco, veio de aprender com os antigos, mais do que na escola. Veio a poder de assunto, mais do que o estudo... Tem vez que eu penso que pros pobres a escola ensina o mundo como ele não é".

Se as culturas são múltiplas e diversificadas, a educação não pode ser padronizadora. Para ser libertadora e democrática, formadora de cidadãos, a educação deve incorporar, desde a sua concepção curricular até sua ação pedagógica, o contexto cultural do aluno e da sua comunidade.

"O contexto cultural de uma comunidade é o seu cotidiano, que se expressa de diversas maneiras, sempre relacionadas, compreendendo todo o universo de atividades representativas da vida social, política e econômica da comunidade, não apenas no que se refere às tradições, mas também às formas de incorporação, interpretação e recriação de padrões de comportamento". (Estanislau et alli 1984:3).

Ainda nessa concepção, deve-se compreender que a Educação é um processo que não se

restringe à escola mas incorpora os pais, a família, os vizinhos, o ambiente e os colegas da escola e do trabalho, os meios de comunicação de massa, especialmente a televisão e o rádio, os centros de convivência comunitária, as organizações profissionais e de classe, as igrejas, os serviços públicos de qualquer natureza.

Assim todos somos responsáveis pela realidade brasileira e por sua transformação: a sociedade, o governo e suas instituições. É tarefa de todos resgatar e exercer os valores éticos e morais universais presentes no respeito humano e na solidariedade, na dignidade, na decência e na honestidade, no respeito a todas as formas de vida e ao meio-ambiente, nas funções sociais do trabalho, da propriedade e do capital, nos direitos e deveres de cada cidadão.

Por tudo o que aqui já foi dito, o papel das instituições de cultura transcende, em muito, o mero apoio e divulgação das artes ou a mera definição, acumulação e proteção de acervos patrimoniais artísticos, históricos e arquitetônicos. O entendimento de que a cultura se resume a estes produtos e ações vem desde o Império Colonial e persiste ainda hoje na sociedade e nos dirigentes do país, apesar de Mário de Andrade e do Movimento Modernista, apesar do Centro Nacional de Referência Cultural - CNRC, de Aloísio Magalhães e de seus colaboradores, apesar dos movimentos sociais em luta por seus direitos, apesar dos questionamentos e contribuições dos cientistas sociais, dos artistas, produtores e trabalhadores da cultura nas últimas décadas.

Apesar de tudo isso a cultura oficial consagra e dirige seus esforços para uma pequena parte da produção contemporânea das artes, e para a eleição e preservação de produtos históricos dissociados de seus processos e contextos de produção.

Esta concepção de cultura, pouco abrangente e excludente da maioria da população, é na verdade a maior responsável pela sua "desimportância": não só porque esses produtos considerados pela cultura oficial têm seu significado atribuído pela classe dominante, mas também porque, numa sociedade com os gravíssimos problemas sociais da nossa, uma tal cultura é mesmo supérflua, como pensa a maioria das pessoas.

É antes por esta razão que a área cultural detém insignificantes 0,04% do orçamento geral da União.

Para mudar esse sentimento geral e suas consequências práticas deve-se abordar e tratar a

cultura de forma democrática. Isto significa considerar que a sociedade brasileira é formada por diferentes grupos que têm maneiras próprias de construir, vivenciar e atribuir significados à realidade e à história. Portanto o que é memorável e digno de preservação para alguns, não o é necessariamente para os demais. Significa entender ainda que nesse processo de construção e vivência cotidianos os grupos sociais produzem valores culturais, presentes tanto nos bens materiais impregnados de significado como também nas manifestações populares tradicionais, nos saberes, fazeres, modos de falar, nas formas de percepção. Todos esses bens e valores requerem, do governo e da sociedade, reconhecimento, liberdade de expressão e proteção.

Além da adoção deste conceito mais abrangente de cultura, há que se organizar adequadamente sua estrutura e funcionamento institucional, em nível federal, objeto desse encontro.

Constata-se em princípio que a organização do serviço público federal, em especial o da cultura, se debate em questões primárias porém fundamentais. Trata-se de discutir ainda hoje, os princípios da federação, dentre eles onde é a capital da República do Brasil e o que significa atuação nacional de um órgão federal.

Apesar de ser a capital da República, Brasília ainda não é o centro das grandes decisões nacionais na medida em que o poder Executivo não está inteiramente instalado aqui, ao contrário do Legislativo e do Judiciário. Permanecem na antiga capital vários órgãos federais, entre eles todas as instituições de cultura, e 40% do funcionalismo público federal.

Este fato ilegal - e imoral porque lesivo aos interesses nacionais e ao bolso do contribuinte - conta com a conivência da Presidência da República, do Congresso Nacional e do Poder Judiciário.

O prejuízo causado por tal situação pode ser constatado nas desordens administrativa e financeira do Governo e na sua dificuldade em exercer controle sobre os órgãos que constituem bem como na desarticulação e justaposição das políticas públicas, na duplicação de esforços e no desperdício.

A par disso a atuação da Fundação Biblioteca Nacional e do Instituto Brasileiro de Arte e Cultura - IBAC está quase que inteiramente municipalizada, restrita à cidade do Rio de Janeiro, pretendo centro cultural do país. Se depender da atual diretoria e de sua compreensão do patrimônio cultural, o Instituto

Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC, único órgão do sistema federal de cultura com atuação **efetivamente** nacional, também estará atuando só no Rio de Janeiro. Justificar esta atuação com a falta de recursos financeiros ou humanos, é puro cinismo.

Então o primeiro passo é instalar em Brasília as instituições federais de Cultura, resgatando sua vinculação efetiva com o Ministério da Cultura para a formulação de uma política nacional que dê conta do estímulo à produção e circulação de bens culturais, bem como de sua identificação, promoção e preservação.

A instalação de todos os órgãos do sistema federal de cultura em Brasília, propiciará seu fortalecimento também pelas possibilidades de atuação conjunta com os demais Ministérios e instituições a eles vinculadas, e pela inclusão das questões culturais na formulação das demais políticas públicas.

Sem reivindicar que Brasília seja o centro cultural do país, pois isso seria negar tudo o que defendemos até aqui, reivindica-se que a capital da República seja a sede de instituições de caráter nacional - tais como Biblioteca Nacional, Museu Nacional, Arquivo Nacional e demais espaços institucionais, já projetados e com local destinado na Esplanada dos Ministérios - capazes de representar e sintetizar a riqueza, a variedade e a pluralidade da cultura brasileira e de suas formas de expressão.

No que diz respeito ao IBPC, deve-se compreender várias questões que envolvam sua gênese.

Antes existia a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN, nascida em 1937 como Serviço, depois Diretoria do antigo Ministério da Educação e Saúde, na gestão de Gustavo Capanema e no Governo do Estado Novo de Getúlio Vargas. Contribuíram decisivamente para sua criação vários expoentes do Movimento Modernista como Mário de Andrade, Rodrigo de Mello Franco - seu diretor por trinta anos - Carlos Drummond de Andrade e Lúcio Costa, entre outros. Concebido a partir de um conceito de cultura tão abrangente como o que está consagrado no art. 216 da atual Constituição, o SPHAN, seu primeiro dirigente e seus funcionários optaram por identificar e salvar exemplares arquitetônicos e artísticos representativos do período colonial, ameaçados de iminente desaparecimento. Esta opção se deveu também à carência de meios e recursos financeiros. No entanto, com a continuidade das carências, esta

primeira opção emergencial transformou-se em atuação quase exclusiva: até a criação do Programa de Cidades Históricas - PCH, em 1973, o então IPHAN, agora vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, tratava de preservar, através do tombamento e da restauração, obras, monumentos isolados e núcleos históricos decorrentes dos ciclos econômicos do século dezoito.

O Programa de Cidades Históricas - PCH, foi criado com o objetivo de estudar, restaurar e revitalizar os núcleos históricos, inicialmente só no Nordeste, tendo em vista sua utilização para fins turísticos e o desenvolvimento econômico das comunidades em que estavam inseridos. Com a participação de quatro Ministérios, o PCH trouxe um significativo aporte de recursos financeiros e humanos para o IPHAN, contribuindo ainda para incorporar às suas práticas a participação comunitária e interinstitucional no planejamento e execução das ações de preservação.

O Centro Nacional de Referência Cultural - CNRC foi criado em 1976, sob a liderança de Aloísio Magalhães e com o apoio institucional e financeiro de vários Ministérios (e do Secretário de Cultura do DF, à época Embaixador Wladimir Murtinho). Seu objetivo era buscar as referências culturais da nacionalidade brasileira presentes no saberes, fazeres e demais manifestações inseridas na dinâmica da realidade cotidiana.

A Fundação Nacional Pró-Memória em 1979, ao mesmo tempo em que o IPHAN era transformado em Secretaria do MEC e passava a se chamar, como em suas origens, SPHAN. A idéia inicial era transformar todos os organismos de preservação cultural já existentes numa única instituição, com estrutura ágil e flexível o bastante para atender às necessidades de atuação. Mas havia empecilhos técnico-jurídicos, decorrentes da legislação. Era preciso conservar o poder discricionário do tombamento e o poder de polícia que permite intervir e embargar obras de descaracterização do patrimônio tombado, que uma fundação de direito privado não poderia deter. Assim, foram criadas a SPHAN, com seus poderes legais e função normativa, e a Pró-Memória como seu corpo operacional, incumbida de proporcionar os meios e os recursos humanos e financeiros necessários.

A Pró-Memória incorporava ainda os conceitos, práticos e recursos humanos do PCH e do CNRC.

A coexistência da Pró-Memória e da SPHAN não foi exatamente pacífica. Havia antagonismos conceituais e metodológicos entre o corpo técnico das duas instituições; e a agilidade da Fundação, especialmente na captação e aplicação de recursos financeiros, acabou por dotá-la de um poder muitíssimo maior que a SPHAN, à qual legal e teoricamente deveria estar submetida.

A morte de Aloísio Magalhães em 1982, cujo carisma e liderança institucionais eram inquestionáveis, contribuiu para aprofundar o conflito entre os grupos "da pedra e cal" e o da "dinâmica cultural".

A criação do Ministério da Cultura-MinC em 1985, acirrou ainda mais os conflitos. A Pró-Memória e a SPHAN foram vampirizadas pelo novo Ministério que se apropriou de seu acervo conceitual, dos seus recursos financeiros, das suas instalações, móveis e equipamentos, e dos seus funcionários. Mais ainda, o MinC instituiu práticas de decisão política até então desconhecidas pelo corpo funcional, como era natural numa instituição que ao longo de 45 anos teve somente três dirigentes.

A substituição de dirigentes em breves períodos, mais a experiência de atuação simultânea de dois dirigentes, um na SPHAN e outro na Pró-Memória, que se antagonizavam explicitamente, durante a gestão do Ministro Celso Furtado, criou o que se chamava na época "o monstro de duas cabeças", e acabou por instituir o caos.

Por outro lado, persistiam impropriedades jurídicas originárias da criação da SPHAN e da Pró-Memória, especialmente no que se referia a delegação de competência às Diretorias Regionais e aos Escritórios Técnicos.

O estabelecimento da nova Constituição Federal e a consagração do conceito mais abrangente de patrimônio cultural, com a conseqüente ampliação das atribuições dos órgãos responsáveis pela sua preservação, veio se juntar ao elenco de questões a serem solucionadas pelas já combatidas Pró-Memória e SPHAN.

Tanto é assim que, em maio de 1989, o então presidente da Pró-Memória baixou uma Determinação criando uma comissão para estudar e elaborar uma Proposta de Reorganização da Área Técnica, apresentada aos funcionários para discussão, em

setembro de 1989.

Ainda nesse sentido e no mesmo ano, a jurista Sônia Rabello de Castro foi contratada para estudar e propor uma nova estrutura jurídica institucional capaz de absorver as competências legais e a melhor capacidade operacional da SPHAN e da Pró-Memória.

Nenhuma dessas propostas chegou a ser efetivada. Mas a situação institucional era tão grave que os funcionários, desde algumas unidades regionais e depois, através da Associação dos Servidores, solicitaram formalmente a realização de um seminário interno nacional, capaz de discutir e estabelecer, diante da Constituição Federal e dos demais instrumentos legais ainda hoje em vigor, as atribuições, limites e formas de atuação, uma estrutura organizacional compatível, o quadro ideal de lotação, a reciclagem e o treinamento de pessoal. Esta proposta infelizmente também não prosperou.

Sobre esse cenário, de desorganização e intranquilidade, explodiu a "reforma administrativa" do Governo Collor: extinção de todos os órgãos de cultura, muitos funcionários demitidos ou colocados em disponibilidade, num quadro de pessoal que já era insuficiente, atuação de inventariantes (interventores), vácuo de decisão. O caos no caos.

Na Medida Provisória em que o Governo promovia a extinção e recriação de órgãos federais, estava consignada a ressurreição do IPHAN. Intervimos junto ao Congresso Nacional para tornar o desmonte da área menos desastroso possível, entendendo que era válido tentar estruturar uma nova instituição no sentido que vínhamos pleiteando desde 1989, mesmo não havendo nenhuma proposta já discutida em âmbito nacional, a nível interno da Pró-Memória/SPHAN, nem consenso entre os servidores, embora tenha sido estabelecido um sistema de consulta permanente aos colegas das demais unidades. Entendíamos ainda que numa nova instituição que incorporava as atribuições, competências legais, patrimônio e funcionários da SPHAN e da Pró-Memória, um nome não deveria prevalecer sobre outro. Além disso o termo patrimônio histórico e artístico é excludente, ao contrário de patrimônio cultural, já consagrado na Constituição Federal, que abrange toda e qualquer categoria de bens e valores culturais. O nome Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural-IBPC foi sugerido pelos colegas da Regional de Belo Horizonte.

Relato todos estes fatos, não só porque ainda hoje persistem rejeições ao IBPC e ao seu nome, mas também para defender condições de tratamento adequadas ao seu caso, que é diferente das demais instituições federais da cultura.

O IBPC tem sede legal e histórica na capital federal - embora a atual diretoria esteja ilegalmente instalada no Rio de Janeiro - e unidades regionais e museológicas distribuídas em todo o Brasil. Essa é uma condição básica de atuação do órgão, que deverá ter um dia uma coordenação para cada estado, quando Deus der bom tempo ou a racionalidade administrativa e a importância da preservação cultural conseguirem se impor. Isto porque embora várias das atribuições do IBPC, como a identificação, registro, a documentação, a restauração, a fiscalização e os inventários de bens culturais possam e devam ser feitas por estados e municípios, que para isto detêm competência comum, outras competências são indelegáveis por força de lei, como é o caso da fiscalização e autorização de pesquisa sobre o patrimônio arqueológico, e de autorização da saída de obras de arte do país, ainda que a instituição disponha de apenas seis arqueólogos e nenhuma condição material para exercer aquela competência.

Junte-se a tudo isso a necessidade de refletir, para a área central a diversidade e a pluralidade culturais do Brasil, que devam condicionar a formulação das políticas e diretrizes institucionais.

Por outro lado, a atual localização e a jurisdição das Regionais do IBPC é absolutamente aleatória, o que significa dizer sem nenhum critério: algumas têm jurisdição estadual e outras, como a 14ª CR têm, sob sua responsabilidade direta dos estados de MS, MT, RO, TO, GO e DF.

Desde sua criação, em outubro de 1990 o IBPC já teve três Diretorias. Nenhuma delas investiu seriamente na viabilização do novo órgão ou tentou entender e experimentar a estrutura regimental ainda em vigor. Ao contrário, todos tentaram mudá-la sem aprofundar a discussão do que deveria ser uma nova proposta. Na verdade, não se sabe se a atual estrutura regimental é boa ou ruim simplesmente porque ela não foi experimentada. De todo modo sua organização matricial é atual e os princípios de descentralização administrativa e das ações de preservação estão contidos no Decreto nº 99235, de 4 de maio de 1990, refletindo a concepção mais dinâmica preconizada pela ciência da Administração.

O IBPC tem problemas sim, e de várias ordens que devem ser resolvidos com a participação dos servidores em seminário interno, há tanto tempo reivindicado. Mesmo porque as questões que foram apontadas para discussão no fim de 1989, ainda permanecem sem definição e a atual estrutura ainda não foi detalhada em regimento interno.

Como se vê, ainda há tempo para investir na construção, fortalecimento e resgate da dignidade do IBPC, uma das instituições mais antigas e ao mesmo tempo mais atuais do país, e que representa juntamente com o seu corpo funcional um patrimônio a ser preservado.

4

**REFLEXÕES SOBRE
A REALIDADE
CULTURAL
BRASILEIRA**

POLÍTICA CULTURAL E SOCIEDADE

LAIS ADERNE

UnB

Entusiasmo é o que sinto sempre ao falar ou pensar sobre cultura e arte. A palavra "enthousiasmos" em grego tem um sentido que se perdeu nas línguas neolatinas (conforme citação de Olivio Tavares quando apresentou a exposição Novos Valores da América Latina, no II FLAAC). "Enthousiasmos, designa o estado de quem é possuído pelos deuses..." "possessão direta, tangível, ativa, como fala Platão no "Ion", ao descrever o mecanismo da criação artística". É este "entusiasmo" que leva o povo a desenvolver seu poder criador, em conexão direta com o divino em si mesmo e que faz da Cultura e da Arte de um povo, sua força, seu cerne. Por isso creio e estou segura dessa crença. (pelas experiências de arte-educação e sociedade realizadas durante toda minha vida profissional), que enquanto a cultura de um povo não for a mola mestra de seu sistema econômico e político, este sistema não poderá ser autêntico e adequado aos seus meios de sobrevivência e desenvolvimento, por não ter raízes, nem alimento natural da TERRA que o sustentem, por não ter proporcionalismo, entre as três partes da mente que o gerou: a racional, a emocional e a prática. O povo é capaz de produzir sua própria cultura e de fazê-la sobreviver por gerações e gerações. É capaz de assimilar, também, elementos culturais de outros povos e integrá-los à sua cultura, selando pactos que socorrem e impedem o desaparecimento de outras,

mas o povo não é capaz de assumir a produção de outra cultura e incorporá-la em seu cotidiano, sem que alimentos estranhos ao seu meio sejam trazidos de fora para sua sustentação: sem portanto gerar dependência material, emocional e/ou racional.

Desde e o I Fórum da UNESCO sobre ciência e cultura, realizado em Veneza em 1986, esta questão vem sendo tratada de maneira adulta e sem meios termos, estando bem clara, nas declarações de Veneza em 86, de Vancouver em 89 e de Belém em 92, a necessidade do surgimento de um novo racionalismo que deverá, seguramente induzir a um nova perspectiva metafísica, dependente de uma complementariedade entre ciência e tradições, integrando portanto, proporcionalmente, as três partes de um mesmo processo, a razão, a emoção e a prática de vida.

Envolvendo neste "jogo triádico" (Teoria W. de Gregory) de forma harmônica, o povo, o poder constituído e os detentores do pensamento divergente. Se passarmos em revista a história da humanidade em nosso planeta vamos encontrar momentos de predomínio de um Sistema Triádico proporcional nas raízes da organização comunitária, quando o homem e os outros seres da natureza interagiam de forma harmônica e proporcional, conforme se constata através das histórias orais de muitos povos e

ficou registrado na descoberta da tribo chamada "Santuário Ecológico da Humanidade", por um grupo de antropólogos que acompanha sua existência. Nesta tribo, quando contactada pela primeira vez, homens, crianças, animais e vegetais conviviam em harmonia, sem conflitos, sem rituais de vida e morte, sem dicotomias, felizes... Encontramos na maior parte da história da civilização o predomínio do sistema monástico, onde vige a lei do mais forte e as diferenças são eliminadas pela força do poder governante, gerando enorme desproporção entre o poder, detentor da maior parte dos bens, o grupo divergente sacrificado sempre pela posição contraditória e o ovo, oscilante entre os dois grupos e possuidor da menor parte dos bens. Neste momento, por exemplo, dados do recente documento da ONU afirmam que 98% da população brasileira é detentora de 1,2% dos bens e conseqüentemente, 1,2% da população é detentora de 98% dos bens. De acordo com a teoria da proporcionalidade, defendida pela linha da "Cibernética Social", de W. de Gregory e M. Greco, 38% da população de uma sociedade deveria ser detentora de 62% dos bens. Isto só seria possível dentro de uma sociedade do sistema triádico, onde o chamado ponto de ouro, encontrado numa proporção de 62% para 38% regesse o sistema. Este ponto de equilíbrio é extraído das leis matemáticas de Euclides e regeu também as regras da composição estética em muitos momentos da história da arte, sendo defendida hoje na Teoria Brasileira da Arte, por Fayga Ostrower.

O outro sistema presente na história das civilizações é o Sistema Diático, de antagonismo entre duas forças, que gera as revoluções, guerras, greves e que se faz presente na maior parte do mundo contemporâneo. Este sistema diático é característico do mundo socialista, em crise hoje, bem como o sistema monástico, é a fonte característica do mundo capitalista (eliminação das diferenças pelo poder do mais forte).

Analisando o desequilíbrio dos sistemas com predomínio da mente racional, como o monástico ou o diático, constatamos que um sistema onde a razão, conseqüências lógicas, a instituição e os esquemas emotivos e místicos e a prática de vida ou os esquemas vivenciais, em harmonia, (o que não significa equilíbrio mas sim proporcionalidade), seria o sistema ideal para a sociedade.

Este sistema entretanto não teria a condição de ser uniforme ou modelo único, por suas características de predominância ou de proporção maior nas bases

populacionais (portanto nas tradições culturais do povo), que são seu meio de manutenção e elemento gerador de seu processo de desenvolvimento auto sustentado.

A declaração de Vancouver, (II Fórum da UNESCO de Ciência e Cultura para a sobrevivência no século XXI), coloca que a origem de nossos problemas maiores está na concepção científica de aspectos reducionistas que "conduziu o homem a privilegiar um único modelo de desenvolvimento, ignorando a complexidade cultural, econômica, espiritual e social que constitui a verdadeira essência da espécie humana... Ainda segundo o Fórum essas reflexões põem em causa o conjunto dos conceitos e modelos atuais, na medida em que sobreviver depende de um visão global ou holística da realidade. Esta visão emana tanto das grandes tradições culturais, quanto das conclusões recentes da física fazendo surgir novas teorias que fazem a interação de leis da matemática, como a geometria Euclidiana, como predomínio da reta, das leis da relatividade de Einstein, com exclusividade da curva ou da teoria Fractal da repetição das formas, onde tudo é ondulatório, não existindo portanto a reta.

Devemos procurar uma "transformação radical de nossos modelos de desenvolvimento, de educação, de culturas, de espiritualidades e de diversificações sócio-econômicas"...respeitando cada modalidade.

O preço da sobrevivência da espécie humana e do planeta é uma revolução de base, fazendo emergir valores qualitativos, "oposição às estruturas quantitativas e destrutivas que existem hoje".

Esta revolução retoma o homem em seu meio, resgatando suas crenças, suas tradições, seu saber de experiência feito, interagindo com as novas teorias e abrigando-as na medida em que elas respeitam, seus pensamentos, sentimentos e experiências, facilitando assim o aparecimento de uma nova consciência.

Através dessa nova consciência "o homem poderá encontrar a plenitude de seus direitos, ligado à sua dignidade de ser vivo, num quadro de solidariedade e responsabilidade que comprometem cada estado, cada grupo social e cada indivíduo.

Nas considerações do Simpósio entre cientistas e homens da cultura reunidos pela UNESCO falou-se ainda de duas novas tecnologias genéricas: a biotecnologia e a informática, mais abrangentes que todas as tecnologias industriais anteriores, caracte-

rizadas por menor uso de matéria-prima e de energia e pela sua relação direta com a biologia e a cultura. Essas tecnologias levantam inúmeras questões éticas através de suas características e fazem surgir a ECO-ÉTICA.

Frisam ainda as anotações do Simpósio da UNESCO: "os valiosos aspectos das culturas tradicionais oferecem uma importante mensagem para hoje e para o futuro". Essas culturas que parecem simples diante do aparato científico, "são o resultado de um equilíbrio com o ECO-SISTEMA, que vem de longa data, e detém uma lição de ECO-ÉTICA, para a sociedade"...Um dos exemplos é extraído das culturas indígenas usuárias e preservadoras da biodiversidade das florestas tropicais úmidas.

Outros exemplos podem ser citados por nós em comunidades artesanais como Olhos D'Água de Goiás, Nazaré de Portugal. Toledo na Espanha e outras tantas.

"A diversidade cultural constitui a reserva que a humanidade possui de respostas ao ambiente, apreendidas ao longo dos tempos" e portanto deverá ser preservada, não só "para a dignidade de seus membros, mas também para a sobrevivência da herança comum da humanidade.

A coexistência cultural implica em respeito mútuo e deve evitar portanto a dominação de uma cultura sobre outras". facultando o intercâmbio sem domínio, que acrescenta e enriquece, mantendo a proporcionalidade que permite a manutenção de autonomia e liberdade criadora".

Os valores humanos integram a nova visão científica. "O tempo é escasso e pede a conclusão de uma paz eco-cultural, apoiada pela ciência e tecnologia"...

A pobreza do mundo é crescente e medidas urgentes são necessárias para combater a situação. É necessário um "novo sistema" de valores mais em harmonia com os valores das tradições culturais, só assim poderá surgir uma nova ordem ecológica. onde a proporcionalidade e harmonia entre razão, sentimento e experiência do fazer sejam a base da nova sociedade. A escola terá que voltar-se para a experiência humana comunitária e individual, redescobrir valores no âmbito das comunidades, através da observação, da pesquisa, do incentivo ao "saber da experiência feita", tão citada por Camões nos Lusíadas.

Nosso país terá de conscientizar-se das contribuições indígenas, africanas e de quantas culturas aqui se somaram aos alicerces culturais dos povos indígenas e ibéricos, que interagiam primeiro nesse continente. Resgatando as bases desse alicerce danificados por violências culturais, humanas e ambientais identificando e valorizando as diferenças, refletindo sobre os caminhos de interação e os espaços de autonomia e liberdade criadora.

Da nova ciência surgirá portanto a ECO-ÉTICA e será abolida a "eliminação perversa" de dois recursos essenciais para a natureza e a humanidade: biodiversidade e pluriculturalidade.

A preservação dessas diversidades é papel de uma política cultural e educacional que facilitem na escola, na família e na comunidade a formação do novo cidadão e a criação de sistemas que sustentem essa rica diversidade biológica e cultural: é papel da ciência, da filosofia e da política interagindo e experimentando novos sistemas sócio-econômicos culturais, que permitam a interação das partes de uma nova sociedade e a sobrevivência do homem e da Pachá Mama, como chamam os indígenas, nosso planeta vivo, a Terra.

Todos os povos, no mundo, já se aperceberam de que a cultura é instrumento histórico de integração e desenvolvimento. Assim é que o fomento de CULTURA, constitui o principal propósito social quando se tem consciência de que tudo é cultura.

A noção de CULTURA, por ser demasiado ampla, torna abrangente e complexa a Administração do Sistema Cultural.

Usando uma imagem do cotidiano existencial de base da sociedade, arriscaríamos dizer que é como ter os cuidados de uma grande família, exercer o pátrio poder, sabendo e tendo que observar que todos os seus membros têm uma individualidade e personalidade próprias muito fortes, que não podem ser negadas, mas que têm que ser integradas num grande FUNDAMENTO para que a unidade familiar seja conservada, reestimulada, não venha a desaparecer. A noção de que tudo é cultura aumenta a dificuldade mesmo, por vezes, gera uma completa ignorância sobre a administração do Sistema Cultural.

Entretanto a Constituição Brasileira, divulgada em 1988 através dos artigos 215 e 216 oferece as bases legais e respalda a iniciativa de uma política

cultural condizente com nossa realidade, garantindo o patrimônio cultural do país e as diferentes formas de expressão e modos de criar, fazer e viver.

“O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da Cultura Nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais...”

“Protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos, participantes do processo civilizatório nacional”.

PROPOSTAS ALTERNATIVAS E METAS PARA UM PLANO GLOBAL DE CULTURA

Um dos mais sérios problemas da Educação e da Cultura do país e a dicotomia entre o fazer e o pensar.

É necessário um espaço, novo, oferecida à missão de pensar, propor e executar uma política cultural que possa servir ao país, congregando todas as linguagens que testemunham a geografia humana envolvente das diversas regiões e abrindo espaços para o fazer pluricultural de nossa Sociedade.

PRESSUPOSTOS BÁSICOS

- Desenvolver ações culturais dentro da dimensão do processo produtivo que elas encerram, consideradas as particularidades da vida social dos individuais, grupos e comunidades a serem culturalmente assistidas. Levantando as características das Comunidades assistidas, apoiando uma ação de organização cultural e apoiando ainda o escoamento desta produção cultural, a partir de cada capacidade.

- Desenvolver, organizar e permitir que as comunidades se apropriem do espaço sócio-educativo-cultural, conforme os seus ambientes peculiares, assegurando a administração cultural com participação da comunidade num sistema-processo descentralizado e de conformidade com as características locais, regionais e transculturais.

- Assegurar a equanimidade como um critério essencial na distribuição de bens, de serviços e dos incentivos culturais, venham eles a ser fornecidos pelo governo e/ou particulares. Essa equanimidade vai fazer com que se atenda aos grupos de tendências distintas, favorecendo a pluriculturalidade brasileira e oferecendo condições ao trabalho criador dos artistas e grupos, dos eruditos e/ou vanguardistas aos primitivos e populares.

- Alcançar um mínimo que seja de desenvolvimento cultural que só sobreviverá se auto-sustentado: com garantias de continuidade da vida cultural, fundada na melhoria que não só depende da sociedade, quanto do próprio homem, trabalhando e assistido na sua direção. É uma ação cultural a serviço da melhoria da qualidade de vida do homem, do crescimento e desenvolvimento da sociedade, dando ao cidadão a consciência plena de sua cidadania e seus direitos, dentro do contexto cultural no qual está inserido.

- Apoiar preferencialmente a projetos que estejam a cargo das próprias comunidades assistidas e/ou a cargo de entidades e/ou instituições que tenham seus compromissos imediatos com o desenvolvimento das comunidades; dinamizando programas culturais que assistem à criança, ao adolescente, ao adulto, ao idoso e, sobretudo às minorias marginalizadas no contexto social. Levar em conta o momento de grande responsabilidade do poder público com a implantação do estatuto da criança e do adolescente, tomando por base projetos experimentais já realizados com crianças.

METAS A ALCANÇAR

Classifica-se Ação Cultural como uma das vertentes da Cultura, tendo como função desenvolver ações nas áreas de Artes, Ciências e Letras, manifestações da cultura Popular, Imagem e Som.

Pela inter-relação esta área tem como objetivo realizar ou promover estudos e pesquisas sobre o processo da ação e da produção cultural nas áreas de Dança, Música, Teatro, Plástica e Literatura.

É de importância apoiar a execução de programas de produção, difusão e intercâmbio cultural:

- Incentivar e apoiar outros órgãos na realização de eventos que visem a difundir, desenvolver e aprimorar o conhecimento do acervo de Artes, Ciências e Letras do país.

CULTURA POPULAR

Existe uma carência de projetos de apoio a expressões culturais do povo tanto no campo de folclore como nas artes em geral.

É fundamental nesse enfoque promover estudos e pesquisas sobre o processo de ação e de produção cultural da população portadora de necessidades especiais, como grupos sociais da terceira idade e outros.

IMAGEM E SOM

Ter como alternativa realizar e promover estudos e pesquisa sobre o processo de ação e produção na área de fotografia, cinema e vídeo, implementando projetos de produção para a área como o embrião de um pólo de produção ou como projetos de pólos de produção de cinema e vídeo com caráter mais abrangente, atendendo não só aos produtores nacionais como locais.

MEMÓRIA CULTURAL

A segunda vertente da Cultura abrange as áreas que devem registrar e preservar a memória nacional.

Sistemas de Bibliotecas

É importante que se agregue a esse setor as subfunções de criação, integração e dinamização das bibliotecas públicas, escolares e especializadas.

É igualmente de suma importância a realização de estudos, pesquisas e projetos para a integração, a dinamização de sua utilização pelas comunidades, elaborar e promover a execução de programas de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico na área de operação de bibliotecas públicas, especializadas e escolares.

Sistema de Museus

A função desse sistema deve ir além da simples curiosidade ou guarda de objetos valiosos ou traços culturais.

Deverá como função a comunicação, a pesquisa e os estudos da memória museológica.

Consideramos que uma solução para esta quadro seria uma maior integração entre os museus e o planejamento de trabalho conjuntos que efetivem e implementem o sistema a ser criado.

As dificuldades com pessoal, equipamento, recursos financeiros são nacionais e estão sendo superadas em cada estado com criatividade, imaginação e profissionalismo; tendo como meta prioritária a modernização dos museus para que efetivamente possam desempenhar o papel que a sociedade atuais confere.

Arquivos Públicos

Os Arquivos Públicos vem exercendo sua função como órgãos que desenvolvem projetos voltados para o registro a pesquisa e divulgação da história do país. Tem contribuído para o melhor conhecimento do nosso passado e registro do nosso presente.

É necessário, no entanto que os Arquivos Públicos, hoje com um acervo considerável, tenham condições de realizar um projeto de informatização e dêem sequência aos programas que vem desenvolvendo em prol da Memória Nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados sobre as áreas da Cultura são quase impossível de levantar no país, uma vez que não há informatização na área oferecendo constatações a um registro nacional que atinja a todas as regiões do país.

Assim sendo, onde há uma organização sistêmica, há informações precisas, onde estas organizações não existem não há material disponível, a não ser que se inicie uma investigação, para levantamento da situação de cada área, bem como das suas características e dos anseios de cada população que configura uma parcela de todo o cenário nacional.

"A Humanidade surgiu através do próprio processo de criar cultura e necessita dessa cultura para sua sobrevivência e evolução."

BIBLIOTECA, INSTRUMENTO BASE DE UMA POLÍTICA CULTURAL

EMIR SUAIDEN

PROFESSOR UnB

No final do século XIX, na Inglaterra, país de tradição editorial e bibliotecária, Stanley Jevons, percebendo a utilidade potencial das bibliotecas públicas, passou a dinamizá-las e a promovê-las com entusiasmo. Inspirado em princípios liberais, bem como no pensamento utilitário de "auto-ajuda" e no conceito de "bom investimento social", Jevons defendeu a manutenção de bibliotecas públicas através de impostos, argumentando ser este um exemplo do "princípio da multiplicação da utilidade".

Sua defesa da biblioteca pública baseava-se no baixo custo desse investimento de alto alcance social e cultural, que permitia ao público mais fácil acesso à boa leitura e aos bons autores. A biblioteca pública era, assim, o meio mais econômico de se tentar manter "homens exaustos e sem dinheiro entretidos em prazeres inocentes", e portanto fora das armadilhas da vida marginal, das prisões, tribunais e reformatórios. Tanto essas instituições como as bibliotecas são mantidas com dinheiro público, argumentava Jevons, com a diferença de que a biblioteca tem condições de estimular nos seus usuários o hábito da leitura, o gosto do contato com o livro, em suma, o prazer de ler, e assim dar continuidade ao "trabalho civilizatório iniciado pela escola primária."

Nem todos os contemporâneos de Stanley Jevons acreditavam na eficácia das bibliotecas. Alguns até temiam que elas fossem perigosas para a sociedade... Temiam que o "excesso" de leituras pelos operários interferisse na sua disposição para o trabalho. Jevons contra-argumentava, chamando a atenção para o fato de já ser muito tarde para "reprimir o dilúvio de revistas de baixa qualidade", postas muito facilmente ao alcance de qualquer um. Na sua opinião a estratégia para combater o efeito pernicioso dessas revistas era manter um suprimento gratuito de literatura, suprimento - em suas palavras - "puro e inofensivo, e muitas vezes de excelente valor social e intelectual."

Graças ao esforço de Jevons o sistema de bibliotecas públicas prestou uma contribuição notável ao desenvolvimento da política cultural na Inglaterra.

No entanto nos países em desenvolvimento o binômio - biblioteca e cultura - enfrenta uma série de problemas para fortalecer os mecanismos e canais que transformarão esse binômio em ação e realidade.

A instituição que chamamos biblioteca é aceita e defendida por muitos; tem adeptos fervorosos e interlocutores indiferentes. Não chega a ser prioridade nacional em nenhum país em desenvolvimento; não

é produto de riqueza nem modifica a balança comercial. Se por um lado é extremamente difícil caracterizá-la em termos de custo-benefício, pode-se no entanto, provar pela constatação que em nenhum país industrializado a importância da instituição necessita ser debatida, discutem-se, sim, as formas técnicas e sua atuação evolutiva que deve acompanhar o processo de desenvolvimento do país e, conseqüentemente, a necessidade de seus usuários potenciais.

A biblioteca pública geralmente está vinculada à área da cultura. Num país como o Brasil, com tantas frentes de ataques a desafiar a argúcia e o descortínio da administração nacional, a área da cultura e da educação descerra por si só um verdadeiro leque de problemas, cada qual apresentando características específicas e reclamando soluções *sui generis*.

Se levamos em conta o caráter imperativo do atendimento aos setores da saúde, educação, economia, transportes, etc., bem como os recursos parcimoniosos postos à disposição desses encargos indeclináveis e voracíssimos - em que pese a preocupação em ampliar as disponibilidades orçamentárias destinadas à execução dos programas respectivos, forçoso é reconhecer que a cultura, e por conseguinte a biblioteca pública, está sempre relegada a um plano secundário, incluída entre as superfluidades não de todo suprimíveis, mas cuja hora de reabilitação são frequência protelados.

Nem de longe nos anima aqui o intuito de justificar esse tratamento, por assim dizer madastro, que, em virtude da carência de meios, vem sendo dispensado ao esforço criador e ao labor intelectual entre nós. Queremos apenas assinalar um fato teimoso, a fim de que realisticamente seja focalizado sem destemperos verbais e, muito menos sem ilusões comprometedoras.

Não só, todavia, de pinceladas escuras se compõe o quadro das providências públicas dirigidas para o amparo e o estímulo dos frutos da inteligência. Felizmente esta já vai sendo compreendida sem os mal-entendidos elitistas que marcaram a mentalidade reinante num passado não tão remoto. Julgamos já cremados e sepultados os equívocos de preocupação exclusiva com a supercultura, enormidade que raia pelo escândalo num país onde a disseminação de informações elementares, como a informação utilitária, ainda é meta prioritária e inadiável. Ainda bem que, pelo menos, já se acha ativado o interesse pelas tarefas essenciais e básicas, fertilizadoras do terreno onde medram os germes da instrução e da ilustração,

revela-se animadora a expectativa e mesmo a desvelo gerado pelo instrumental e pelos veículos do saber.

Uma nação que se quer desenvolvida necessita antes identificar-se, constituir-se com caráter próprio. E somente a partir da prioridade cultural - na busca de si mesma - isto se torna possível.

Cabe ao Estado, então, formular, em conjunto com a sociedade, a política, a estratégia de atuação que permita formar-se o melhor meio para que o processo cultural se desenvolva proficuamente. Essa política passa, ou mesmo começa, pelo apoio ao bem cultural, em seus quatro processos básicos: produção, distribuição, consumo e preservação. As três primeiras formas sintetizam a ação cultural, que a História, no seu inflexível julgamento, se encarregará de eliminar o efeito impactual produzido pelos modismos, assegurando a perenidade dos valores fundamentais. Já a preservação desses valores fundamentais constitui a outra face da política cultural: a patrimonial. O segmento patrimonial - menos pulsante, menos vivo, e, por isso mais imparcial - redime as impressões tendenciosas da contemporaneidade, ao mesmo tempo em que resgata os valores significativos que a obsessão iconoclasta transforma precocemente em anacronismos. A biblioteca atua em todos esses segmentos e não resta nenhuma dúvida que a grande parcela de contribuição que ela pode prestar ao desenvolvimento cultural do país é através da formação de um público leitor.

Nesse sentido a indústria editorial se desenvolve tornando-se culturalmente independente e a comunidade adquire uma consciência crítica na preservação e disseminação do bem cultural.

ARTE-EDUCAÇÃO E POLÍTICA CULTURAL

ORLANDO VIEIRA LEITE

Há dois caminhos no processo de formação e atuação do ser humano: o da ciência e o da arte. Ciência e Arte ocupam posições polares no mundo unitário da cultura.

O caminho da Ciência, como resultante das suas pesquisas em direção às verdades materiais do universo, leva o homem a conhecê-lo e revelá-lo, através de fórmulas e teorias.

O caminho da Arte, como resultante das suas percepções, observações e criatividade, em direção às possibilidades psicológico-estéticas do universo, leva o homem a enriquecê-lo através das suas obras de arte. As teorias científicas, somadas às obras de arte, constituem o acervo cultural de um povo. A dimensão e o valor dessa cultura dependem do nível educacional, da qualidade da formação científico-estética desse povo. Garantir a formação integral do ser humano, propiciando-lhe maiores possibilidades de interação com o mundo, nos seus aspectos científicos e estéticos, através de uma educação no seu sentido mais amplo e completo que atinja e acione todas as suas potencialidades, é a função da escola. A educação, com seu objetivo de despertar, dinamizar, desenvolver e maturar todos os talentos da personalidade do educando, a maioria deles em estado latente, é a mola propulsora para a sua

formação integral e, concomitantemente, da comunidade a que ele pertence.

Sabemos que o homem possui um corpo intelectual, constituído pelos dois hemisférios cerebrais, corpo reflexivo-ordenador, responsável pela percepção do aspecto quantitativo das coisas; que possui um corpo do sentimento, formado pela sensibilidade com seus componentes: sensorialidade, efetividade, intuição e criatividade, que percebe e confere o aspecto qualitativo das coisas; que possui um corpo físico, o instrumento pelo qual exterioriza, através de várias linguagens, o que os corpos do sentimento e do pensamento produzem. O desenvolvimento harmonioso destes três corpos que constituem a personalidade do ser humano é função da escola.

As atividades do intelecto, por sua natureza, mais concretas e mais fáceis de serem elaboradas, foram sempre as mais consideradas, em detrimento das atividades do sentir e do agir. A hegemonia do pensar, no processo de formação do ser humano, foi dominando suas manifestações do sentir e do agir. Lastimável realidade do processo educativo que, quase totalmente direcionada para o aspecto intelectual, responsável direto pelas informações, pela instrução, minimiza o verdadeiro responsável pela formação que é o sentir, o que aciona e dá forma às

potencialidades da inteligência. O não desenvolvimento do corpo do sentimento é deixar embotar grande parte da inteligência do homem.

A concepção de um processo educativo que visava a integral e harmoniosa formação do ser humano surgiu na Grécia antiga, berço das civilizações posteriores. Constituiu-se o seu currículo de letras, no sentido da educação do pensamento, educação intelectual; música - na época a arte das musas - no sentido da educação do sentir da afetividade e ginástica para o perfeito desenvolvimento do corpo físico. Consciente daquele processo educacional, afirmava Platão: "haverem as musas legado ao homem os segredos da harmonia, para que os movimentos da alma tivessem equilíbrio; e os segredos do ritmo, para que os gestos e movimentos do corpo ganhassem graça, medida e precisão". Entretanto, este tipo de educação que visa a integral formação do ser humano ainda não se concretizou no processo educacional do nosso país. Ele ainda se apresenta parcial, mas esperamos que esta realidade não se estenda por muito tempo num país que aspira e pode promover a sua total e superior evolução.

A educação brasileira pós-jesuítica, que objetivava predominantemente a formação literária, desenvolveu-se sob a égide do positivismo e, como tal, voltada para o intelecto, descurando o outro lado da inteligência que é a sensibilidade. Neste século, como resultante do trabalho de poucos, houve várias tentativas no sentido de que fosse incluída a educação artística nos currículos das nossas escolas. Citemos como uma das últimas a que se traduziu pela Lei 5.961, de 1971, tornando obrigatória a arte no currículo escolar, mas que até hoje não se concretizou na maioria de nossas escolas, quer por falta de espaços adequados e de professores competentes não a incluíram nos seus currículos e muitas das que a incluíram não oferecem condições compatíveis com as mínimas exigências do trabalho, têm, com raras exceções, suas aulas ministradas por professores sem a devida especialização, com resultados lastimáveis.

Os que produziram, em nosso país, no campo das artes, bens culturais, o fizeram muito mais pela força do seu excepcional talento criador, ao longo de um difícil e penoso trabalho de auto-didatismo, do que pelos influxos do meio, que deveriam propiciar, de uma forma mais completa e sistematizada, a sua formação. E os que trabalham, atualmente, na área, impulsionados pelas suas excepcionais energias criadoras e que compulsoriamente produzem obras de arte, não vivem em melhores condições para a sua

formação. Faltam-nos escolas especializadas, com currículos compatíveis à formação do autêntico artista, bem como uma real educação artística na nossa escola comum com a sua dupla função: de formar, desenvolvendo a percepção estética, o receptor de arte e, iniciando os artistas criadores ou recriadores encaminhá-los para as escolas especializadas. Somente se torna sensível para nós aquilo para o qual temos um órgão receptor. Várias forças podem dormir em nós enquanto não despertamos órgãos apropriados para elas.

A Arte-Educação na escola brasileira revela, na sua história, o interesse e exaustivo trabalho por parte de poucos, obstaculizados pela falta de consciência do real valor e de sua indispensável presença, de uma forma positiva na nossa escola, por parte da maioria dos responsáveis pela nossa educação. Esse estado de coisas determina ao cidadão brasileiro uma educação parcial, uma formação incompleta, marginalizando-o, assim, do processo artístico da sua comunidade porque não lhe foi desenvolvida a percepção estética. Urge uma renovação consciente da nossa política educacional visando a formação integral da personalidade do cidadão brasileiro, no seu tríplice aspecto: o do sentir, o do pensar e do agir. Os frutos dessa nova política educacional virão enriquecer, em muito, e dinamizar a nossa cultura, mormente no campo artístico, no que tange às dimensões quantitativa e qualitativa.

SÍNTESE DAS RECOMENDAÇÕES DO “CICLO DE DEBATES SOBRE CULTURA E MEMÓRIA: PERSPECTIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA HOJE”

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O *Ciclo de Debates sobre Cultura e Memória: Perspectivas da Administração Pública Brasileira Hoje*, promovido pela ENAP, através do Centro de Documentação, Informação e Difusão Graciliano Ramos (CDID) e a Diretoria de Estudos e Pesquisas (DEP), durante os dias 16, 17 e 18 de setembro do corrente ano, contou com a presença de cerca de 100 participantes, de 30 instituições da área cultural, incluindo servidores públicos, entre eles, arquivistas, arquitetos, urbanistas, arqueólogos, sociólogos, historiadores, antropólogos, administradores, economistas, arte-educadores, professores, além de estudantes universitários de biblioteconomia.

As instituições e representações presentes foram as seguintes:

FAUFBA - Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia

UIA - GT - Patrimônio de Arquitetura das Américas

CLEA - FAEB - Conselho Latino Americano de Educação pela Arte

PMSP/SMC/DPH - Prefeitura Municipal de São Paulo/Secretaria Municipal de Cultura/Departamento de Patrimônio Histórico

PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

CDOCEX - Centro de Documentação do Exército

UnB - Departamento Biblioteconomia, História, CEAM

FAE/MEC - Fundação de Assistência ao Estudante do Ministério de Educação e do Desporto

Conselho de Cultura do DF

MINC - Ministério da Cultura

ENAP - Fundação Escola Nacional de Administração Pública

Produtor Cultural - RJ

UNESCO - Assessoria de Cultura para o Brasil

ArPDF - Arquivo Público do Distrito Federal

DePHA - Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do DF

MT/Biblioteca do Ministério do Trabalho

IBPC - 13° CR/14° CR

Centro de Documentação e Referência Cultural do DF

Museu vivo da Memória Candanga

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pesquisa

MEC/SEDES - Secretaria de Desporto do Ministério de Educação e do Desporto

Ministério do Exército

Universidade Holística - Cidade da Paz

MBES/CDB - Centro de Documentação do Ministério do Bem Estar Social

MIR - Ministério da Integração Regional

EMFA - Estado Maior das Forças Armadas

MT/DIDOB - Divisão de Documentação do Ministério do Trabalho

Associação dos Amigos da Biblioteca Pública de Brasília

CULT - Conferência Nacional de Cultura

IBAC - Instituto Brasileiro de Arte e Cultura

O papel da SAF/ENAP como instrumento de transformação da Administração Federal, na qualidade de órgão central de capacitação de Recursos Humanos e fórum de reflexão de debates de questões relevantes para o Setor Público, coloca a Escola como aglutinadora das ações voltadas para o melhoramento da Gestão Governamental.

Tal iniciativa, amplamente legitimada pelos participantes do Ciclo de Debates, referenda este papel e reforça a necessidade, conforme solicitação proferidas tanto por painelistas como por debatedores e demais participantes, de prosseguimento de iniciativas de tal magnitude.

RECOMENDAÇÕES

Considerando os temas tratados no Ciclo de Debates, estruturados em 4 painéis e 1 workshop, as recomendações que se apresentam a seguir, foram agrupadas em função das responsabilidades e competências regimentais das instituições diretamente relacionadas com os temas em questão, a saber:

1. Em relação à SAF/ENAP:

1.1 Elaboração e implementação a curto e médio prazos, de Cursos de Capacitação e Treinamento de Servidores Públicos na área da Cultura, a princípio, nas seguintes áreas:

Curso de Gerenciamento da Informação;

Curso de Gestão Documental;

Curso de Capacitação de Gestores Culturais;

Curso para Administradores Municipais da Cultura;

Curso sobre Aspectos Jurídicos da Preservação Cultural;

Curso de Capacitação para Elaboração e Gerenciamento de Projetos Culturais.

É importante ressaltar que a dita programação só poderá ocorrer a contento com a participação efetiva dos Ministérios da Cultura e Justiça na concepção e execução da mesma.

1.2 Elaboração de Estudos e Pesquisas que visem subsidiar a transformação da máquina administrativa na perspectiva do desenvolvimento institucional da gestão governamental, da adequação às demandas sociais e, da reinserção da política cultural no plano da formulação das políticas públicas, abordando os seguintes temas:

Realização de estudos para identificação de outras formas, mecanismos e instrumentos de financiamento da Política Cultural enquanto Política Pública: questão de Orçamento e Processo Decisório.

Realização de Estudos e Pesquisas sobre reorganização do funcionamento das estruturas administrativas da área cultural, na perspectiva de sua modernização, considerando o fomento à gestão municipal da cultura enquanto pressuposto para esta reorganização.

Realização de pesquisa para identificação do perfil do servidor público enquanto cidadão a serviço de outros cidadãos.

1.3 Realização de Seminários, Ciclos de Debates e Workshops sobre memória e cultura na expectativa da administração pública, de forma descentralizada com o apoio das Universidades brasileiras e outras instituições, especialmente aquelas ligadas à área da cultura, entre eles:

Seminário para revisão do Sistema de Gestão do Patrimônio Cultural;

Ciclo de Debates sobre a inserção da cultura da formulação da políticas públicas, na perspectiva de sua intersectorialidade: Meio Ambiente, Saúde, Educação, Habitação, Indústria, Comércio e Turismo, etc;

Seminário sobre o fortalecimento da gestão Municipal de Cultura, priorizando: as relações intergovernamentais, a relação Estado x Sociedade, e consequentes mecanismos de articulação interinstitucional;

Workshop sobre a mudança de cultura do servidor público enquanto agente de transformação do Estado.

1.4 Descentralização das ações da ENAP através das instituições estaduais e municipais congêneres, mediante a instalação de Oficinas Permanentes de Programas de Capacitação na área Cultural.

1.5 Estabelecimento de Políticas de Informação Documental para o setor Público, privilegiando os aspectos de modernização administrativa, desenvolvimento de coleções e capacitação de recursos humanos para bibliotecas, arquivos e museus das instituições culturais.

1.6 Recomendar ao Ministério da Justiça a necessidade de reestruturação do Sistema Nacional de Arquivos e a criação de espaços físicos regionalizados para armazenamento de acervo dos arquivos intermediários.

2. Em Relação à SAF/MINC

2.1 Instituição de Comissão para o desenvolvimento de discussões de temas atinentes à cultura com vistas à Revisão Constitucional;

2.2 Considerar na formulação do Plano de

Carreiras do Serviço Público Federal as especificidades da área cultural;

2.3 Realização de Concursos Públicos para sanear a carência de recursos humanos na área de cultura, a partir de estudos de lotação ideal dos servidores públicos nesta área;

2.4 Articulação intersetorial para a formulação de uma Política Cultural para Administração Pública.

3. Em relação ao Ministério da Cultura

3.1 Sugerir junto à Presidência da República a criação de um Conselho de Programas Ministeriais, enquanto mecanismo de articulação interinstitucional, para inserir a questão da cultura no âmbito da formulação e implementação das políticas públicas de Habitação, Educação, Saúde, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Turismo, etc;

3.2 Proceder à revisão do PRONAC (Programa Nacional de Cultura), de modo que seus recursos deixem de financiar ações do Ministério da Cultura e de seus órgãos vinculados e passem efetivamente a promover a atuação da Sociedade na cultura;

3.3 Articular-se com o Congresso Nacional nas definições sobre a Política Urbana e a Propriedade Intelectual, enquanto temas emergentes na esfera legislativa e com reflexos diretos ao cumprimento das atribuições regimentais e constitucionais das instituições que tratam do tema da memória e cultura, a exemplo da Fundação Biblioteca Nacional e do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC);

3.4 Ampliar a discussão com os diversos segmentos da sociedade e esferas político-administrativas da área cultural, na formulação e implementação das diretrizes para a "municipalização da cultura", expressa na E.M. nº 055, de 15.09.93, elaborada por este Ministério;

3.5 Criar um Grupo de Trabalho entre os Ministérios da Cultura e o da Educação, objetivando o entendimento ao parágrafo 1º do Art. 242 da Constituição, onde diz que "O Ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do novo brasileiro";

3.6 Articular junto ao Ministério da Justiça,

objetivando a aplicação do art. 68 das Disposições Transitórias, que manda titular os temas remanescentes quilombolas, pois se entende que sem a segurança do espaço físico, não há possibilidade para o desenvolvimento das manifestações culturais.

3.7 Incentivar as Bibliotecas Públicas Municipais, enquanto agente fomentador do hábito de leitura e disseminador da informação para o pleno exercício da cidadania.

Brasília, 18 de setembro de 1993.

ESTA OBRA FOI IMPRESSA
PELA IMPRENSA NACIONAL,
SIG, QUADRA 6, LOTE 800,
70604-900, BRASÍLIA, DF,
EM 1994, COM UMA TIRAGEM
DE 500 EXEMPLARES

**Publicações
ENAP
em 1993**

- Contratos de Gestão e a Experiência Francesa de Renovação do Setor Público
Seminário Brasil/França - Anais
- O Contrato de Gestão no Serviço Público
- Como Transformar o Estado: Para Além de Mitos e Dogmas
Bernardo Kliksberg
- Cadernos ENAP
 - 1 Gestão de Recursos Humanos no Setor Público, Relações de Trabalho e Direitos Sociais dos Servidores Públicos

**Próximos
lançamentos**

- História Administrativa do Brasil - Volume 37
Organização e Administração do Ministério do Exército
- Estrutura e Organização do Poder Executivo (2 volumes)
- Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública Federal
- Catálogo da Memória Técnica da ENAP
- Cadernos ENAP
 - 3 Gestão Municipal e Revisão Constitucional